

PREGÃO ELETRÔNICO

90009/2026

CONTRATANTE (UASG)

(180283 - DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE JACAREÍ – Delegado
Talis Prado Pinto)

OBJETO

AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO E OUTROS

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 84.409,85

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia

21/05/2026 às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	7
7. DA FASE DE JULGAMENTO	10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	12
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	14
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	14
11. DOS RECURSOS	14
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	15
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	18
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	18

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE JACAREÍ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 180283-09/2026.

(Processo Administrativo nº 058.00012538/2026-11)

Torna-se público que o(a) **DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE JACAREÍ – DELEGADO TALIS PRADO PINTO**, por meio do(a) **Setor de Finanças**, sediado(a) **Rua Dr. Lúcio Malta, 548, Centro, Jacareí-SP**, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **Aquisição de Materiais de Escritório e Outros**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. **A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.**

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. **A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.**

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.4.1. Considerando o valor estimado do item objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.7. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. *Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

3.10. *Poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no art. 5º da [Lei nº 12.690, de 2012](#).*

3.11. *Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o *preço*, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, *empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#)* deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos [§§ 1º e 3º do art. 4º da \[Lei nº 14.133, de 2021\]\(#\)](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, *as empresas de pequeno porte e as cooperativas* que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do [§ 2º do art. 4º da \[Lei nº 14.133, de 2021\]\(#\)](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte *e equiparadas*, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte *e equiparadas*, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte *ou sociedade cooperativa equiparada*).

4.4.6. *O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.*

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *Valor unitário e total do item*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes

desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de **valores** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:

ITEM	DESCRIÇÃO	Intervalo lance
1	Borracha de Papelaria	R\$ 0,01
2	Caixa para Arquivo	R\$ 0,06
3	Caneta Esferografica azul	R\$ 0,01
4	Caneta Marca Texto amarela	R\$ 0,01
5	Capacho com logo	R\$ 1,80
6	Cola de Papelaria; Liquida	R\$ 0,05
7	Cola de Papelaria; Bastao	R\$ 0,02
8	Fita Adesiva de Papelaria (48mmx50m); Incolor.	R\$ 0,03
9	Grampeador; de Mesa Medindo 13cm	R\$ 0,13
10	Grampo para Grampeador Medindo 26/6.	R\$ 0,03
11	Grampo para Grampeador Medindo 24/6.	R\$ 0,09
12	Extrator de Grampos	R\$ 0,01
13	Lapis; Corpo Em Grafite Integral	R\$ 0,00
14	Livro Ata de Papelaria 100 fls	R\$ 0,11
15	Livro Ata de Papelaria 50 fls	R\$ 0,08
16	Luva para Procedimento	R\$ 0,19
17	Papel Sulfite	R\$ 0,20
18	Pincel Atomico; Na Cor Preta	R\$ 0,01
19	Pincel P/ Quadro Branco Ou Vidro; Na Cor Preta	R\$ 0,02
20	Recado Auto Adesivo	R\$ 0,02
21	Regua de Uso Escolar	R\$ 0,01
22	Tesoura Escolar	R\$ 0,05
23	Tinta para Carimbo; Na Cor Preta	R\$ 0,04
24	Pasta Em L	R\$ 0,00
25	Coletor de Residuo de Tabaco; Aco Inox	R\$ 10,70
26	Pasta Suspensa; de Kraft	R\$ 0,02
27	Laminado Pvc Adesivado; Azul Escuro;	R\$ 0,41
28	Recipiente para Lixo 12 Litros; plastico, Preto.	R\$ 0,15
29	Clipe de Papelaria; Niquelado; Nr. 8/0.	R\$ 0,05
30	Saco Plastico Medindo (15x30)	R\$ 0,22
31	Saco Plastico Medindo (18x25)	R\$ 0,23
32	Saco Plastico Medindo (20 x 30)	R\$ 0,20
33	Saco Plastico (35x45)	R\$ 0,23
34	Saco Plastico Medindo (40x60)	R\$ 0,19
35	Saco Plastico Medindo (70 x 90)	R\$ 0,23
36	Saco Plastico Medindo (80x100)	R\$ 0,24
37	Tubo Espiral; organizador de Cabos e Fios	R\$ 0,26
38	Recipiente para Lixo; Em Aco Inox 12 Litros	R\$ 1,48

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*

6.11.1. *A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.*

6.11.2. *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*

6.11.3. *Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.*

6.11.4. *Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.*

6.11.5. *Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.*

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. -

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer **acima do preço máximo** definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. *Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.*

7.8.1. *A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:*

7.8.1.1. *que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e*

7.8.1.2. *inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.*

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. *Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. *A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

8.15.1. *Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.*

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. *A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. *A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *pelo meio eletrônico através do sistema SEI 058.00012538/2026-11(Processo de contratação de serviços comuns), conforme link: https://sei.sp.gov.br/sei/controlador.php?acao=procedimento_trabalhar&id_procedimento=113195959*

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

(1) Multa Moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

~~(2)~~

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;

(3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.1.8 a 12.1.12, de 5% a 30% do valor do Contrato;

(4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.1.3, de 5% a 30% do valor do Contrato;

(5) Para infrações descritas no item 12.1.2, a multa será de 5% a 30% do valor do Contrato;

(6) Para infrações descritas nos itens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 1 % a 10% do valor do Contrato;

(7) Para infrações descritas no item 12.1.7, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato;

(8) Para infrações descritas no item 12.1.1, a multa será de 5% a 30% do valor do Contrato.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.5. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.12. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.13. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.15. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.16. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.17. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.18. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão

estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.19. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **pelo(s) seguinte(s) meio(s): diretamente no sistema COMPRAS GOV ou e-mail uge.jacarei@policiacivil.sp.gov.br**

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas **no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet** <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp> **ou no processo do SEI** https://sei.sp.gov.br/sei/controlador.php?acao=procedimento_trabalhar&id_procedimento=113195959, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. **A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.**

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de termo de contrato e emissão de nota de empenho.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração

14.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:.

14.2.2.4. De que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. *Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.*

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) *e no sítio eletrônico* <https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1> .

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. *ANEXO I - Termo de Referência;*

14.15.1.1. *Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;*

14.15.2. *ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;*

14.15.3. *ANEXO III – Modelo(s) de Declaração(ões);*

Jacareí, 01 de abril de 2026

MARCOS BATALHA

Delegado Seccional de Polícia

Ordenador de Despesas da UGE 180283

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

ANEXO III

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

TERMO DE REFERÊNCIA

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE JACAREÍ

(Processo Administrativo nº 058.00012538/2026-11)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de **MATERIAL DE ESCRITÓRIO E OUTROS**, nos termos da tabela em anexo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	Código BEC	Código Compras	DESCRIÇÃO	Quant.	Unid. De Fornecimento	Preço Compras	TOTAL
1	4822587	329322	Borracha de Papelaria; Feita de Vinil, Atóxica, Livre de Ftalatos e Latex, Resistente Ao Tempo; Apagar Suave e Uniforme de Grafite; Não Mancha o Papel, Equipada Com Luva/manga; Retangular; Medindo Aproximadamente 45 x 25 x 15 Mm; Na Cor Branca; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e Suas Atualizacoes Posteriores; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236.	50	Unidade	R\$ 0,52	R\$ 26,00
2	1269488	468082	Caixa para Arquivo; Em Polipropileno Corrugado; (360x250x135)mm (cxaxl); Na Cor Preta	2000	Unidade	R\$ 6,22	R\$ 12.440,00
3	4619889	615588	Caneta Esferografica; Corpo Em Resina Termoplastica; Formato do Corpo Sextavado; Modelo Descartavel; Corpo Externo Translucido Com Respiro; Ponta de Latao, Com Conexao Da Ponta Em Polipropileno (pp) Na Cor Da Tinta; Com Esfera de Tungstenio; Espessura de 0,8 Mm (fina); Rendimento Minimo de Escrita De: 1800 Metros; Na Cor de Tinta Azul; a Base de Corantes Organicos e Solventes, Em Reservatorio Opaco Sem Visao Da Tinta; Com Tampa Protetora Removivel Ventilada E; Tampa do Topo Fixa, Embutida, Ambos Na Cor Da Tinta; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores.	1000	Unidade	R\$ 0,83	R\$ 830,00
4	1038281	405646	Caneta Marca Texto; Corpo Em Polipropileno Opaco; Ponta 3 a 5mm; Na Cor Amarela; Deve Estar de Acordo C/a Norma Vigente Obrigatoria Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236 e Atualizacoes.	500	Unidade	R\$ 0,63	R\$ 315,00
5	6391303	632558	Capacho; Material Superior Em Fibra de Vinil Entrelacada, Vulcanizado; Material Inferior Emborrachado; Medindo (l x c) (0,90 x 0,60)m; Espessura 10mm; Na Cor Preta; Liso; Com Borda; Na Cor Preta; Formato Retangular; Com Logo; Antiderrapante; Com Garantia Minima de 90 Dias a Partir Da Entrega;	20	Unidade	R\$ 180,00	R\$ 3.600,00

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÃO - CONTRATAÇÃO DIRETA

6	3956601	386956	Cola de Papelaria; Líquida; para Uso Escolar, Isopor, Tecido e Papel; Composição Básica Acetato de Polivinila-pva; Lavável, Não Tóxica; Secagem Normal; Acondicionada Em Frasco; Branca; Em Embalagem Plástica, Contendo Selo do Inmetro, Combico Econômico; Com Validade Mínima de Com Validade Mínima de 1 Ano a Partir Da Data de Entrega; Com Certificação Compulsória Inmetro, e As Suas Atualizações Posteriores; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Norma Nbr15236 - Frasco de 110 gramas, Bico Aplicador.	100	Unidade	R\$ 4,58	R\$ 458,00
7	5898129	335414	Cola de Papelaria; Bastão; para Multiuso; 3-iodo-2-propinil Butilcarbamato, Glicerina, Hidróxido de Sódio, 2-aminoisobutano; Água, sacarose, Copolímero Acrílico, Polímero de N-vinilpirrolidinona, Estearato de Sódio; Acondicionada Em Tubo; Branca; Com Validade Mínima de 12 Meses;	100	Unidade	R\$ 1,91	R\$ 191,00
8	140503	303747	Fita Adesiva de Papelaria; Polipropileno; Medindo aproximadamente (48mmx50m); Incolor.	500	Rolo 30 Metros	R\$ 2,95	R\$ 1.475,00
9	6239579	485627	Grampeador; de Mesa; Estrutura Metálica Pintada; Base Em Plástico Reforcado; Medindo 13cm Comprimento; Na Cor Branco; Grampo 24/6 e 26/6; Com Capacidade Mínima para Grampear 25 Folhas; Compartimento para Estocar Grampo;	50	CAIXA C/ 01 UNIDADE	R\$ 12,75	R\$ 637,50
10	42048	203144	Grampo para Grampeador; Galvanizado; Medindo 26/6.	100	CAIXA 5.000 UNID.	R\$ 3,15	R\$ 315,00
11	42056	243205	Grampo para Grampeador; Galvanizado; Medindo 24/6.	100	CAIXA 5.000 UNID.	R\$ 9,23	R\$ 923,00
12	2164515	311193	Extrator de Grampos; Em Aço Inox; Tipo Espátula.	100	Unidade	R\$ 1,43	R\$ 143,00
13	5035813	272346	Lapis; Corpo Em Grafite Integral; Na Cor Preto Com Verniz Protetor; No Formato Redondo; Matéria Da Carga Grafite; Número 2b; Medindo No Mínimo 170mm; Nome do Fabricante No Corpo do Produto; Com Identificação do Fornecedor Na Embalagem; Acessório Adicional: Apontado; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificação Compulsória Inmetro, e Suas Atualizações Posteriores.	200	Unidade	R\$ 0,37	R\$ 74,00
14	1229168	469001	Livro Ata de Papelaria; Medindo (220x320)mm Vertical; Capa Pesando 1250g/m²; Revestida Com Papel Kraft, Pesando 80g/m²; Na Cor Preta; Com 100fls(numeradas); Papel Off-set, Pesando 56g/m².	200	Unidade	R\$ 11,44	R\$ 2.288,00
15	1229150	396405	Livro Ata de Papelaria; Medindo (220x320)mm Vertical; Capa Pesando 1250g/m²; Revestida Com Papel Kraft, Pesando 80g/m²; Na Cor Preta; Com 50fls(numeradas); Papel Off-set, Pesando 56g/m².	50	Unidade	R\$ 7,86	R\$ 393,00

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÃO - CONTRATAÇÃO DIRETA

16	5921058	443397	Luva para Procedimento; Em Confeccionada Em Borracha Natural Látex; Com Textura Uniforme,sem Falhas e Ambidestra, Lisa; Lubrificada Com Po; No Tamanho Medio; Com Punho Acabado de Bainha do Mesmo Material Da Luva; Nao Esteril; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade do Produto; o Produto Devera Ser Entregue Acompanhado do Ca,e de Acordo Com Abnt Nbr 5426, Abnt Nbr Iso 13485, Resolucao Anvisa Rdc Nº 28/2011, Validade e Lote.	50	CAIXA 100 UNIDADES	R\$ 18,65	R\$ 932,50
17	2903881	461828	Papel Sulfite de Papelaria; Gramatura 75g/m2; Formato A4; Medindo (210x297)mm; Alvura Minima de 90%, Conforme Norma Iso; Opacidade Minima de 87%; Umidade Entre 3,5% (+/-1,0), Conforme Norma Tappi; Corte Rotativo, Ph Alcalino Cor Branco; Embalagem Revestida Em Bopp; Produto Com Certificacao Ambiental Fsc Ou Cerflor/pefc, Com Selo e Codigo de Licenca Impressos Na Embalagem	2000	PACOTE 500 FOLHAS	R\$ 20,03	R\$ 40.060,00
18	46779	202041	Pincel Atomico; Na Cor Preta; Com Ponta de Feltro Redonda ou Chanfrada; do Tipo Descartavel.	50	Unidade	R\$ 1,39	R\$ 69,50
19	4304454	409980	Pincel P/ Quadro Branco Ou Vidro; Na Cor Preta; Com Ponta Macia para Nao Danificar o Quadro; do Tipo Recarregavel.	50	Unidade	R\$ 2,20	R\$ 110,00
20	5149738	203586	Recado Auto Adesivo; Em Papel Off-set, Adesivo Acrilico e Reposicionavel; Medindo (76x76)mm, Apresentado Em Bloco, Sanfonado; Na Cor Azul Claro.	200	Bloco 100 Folhas	R\$ 1,98	R\$ 396,00
21	3957926	394469	Regua de Uso Escolar/escritorio; Reta; de Acrilico; Medindo 30 Cm; Espessura de 3mm; Com Escala Em Milimetro Em Baixo Relevo e Borda Chanfrada; Na Cor Cristal Transparente; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com As Normas Nbr115236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro e Suas Atualizacoes Posteriores.	100	Unidade	R\$ 1,36	R\$ 136,00
22	1332155	327960	Tesoura Escolar; de Aco Inoxidavel; Medindo 20cm; Cabo Plastico; Azul; para Destro, 3 Dedos; Com Rebite; Lamina Em Aco Inoxidavel; Garantia Contra Defeito de Fabricacao Por Tempo Indeterminado; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores.	100	Unidade	R\$ 5,49	R\$ 549,00
23	3387259	307745	Tinta para Carimbo; Na Cor Preta; a Base de Agua; para Carimbo Auto Entintador; Comminima Garantia de 12 Meses;	20	Frasco 40 ML	R\$ 3,95	R\$ 79,00
24	5156246	356670	Pasta Em L; de Polipropileno (pp), Com Espessura Minima de 0,15 Micras; Tamanho A4 medindo aproximadamente (230 x 330)mm; Na Cor Cristal;	100	Unidade	R\$ 0,40	R\$ 40,00

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÃO - CONTRATAÇÃO DIRETA

25	6379672	401936	Coletor de Residuo de Tabaco; Aco Inox Aisi 430 (chapa 0,4mm); Metal Polido; Modelo para Piso; Bocal Circular; Contendo 05 Furos; Haste Cilindrica; Base Com 4 Furos para Fixacao No Piso, Tampa Circular para Cobertura; 21cm; Tampa Na Base, Nao Entra Agua, , Balde de Aluminio Interno para Higienizacao; Com Haste 92cm Altura; Capacidade 2.500 Pontas de Cigarro (10ls); Sistema de Abertura e Fechamento Com Imas Internos;	5	Unidade	R\$ 1.070,00	R\$ 5.350,00
26	6381260	466616	Pasta Suspensa; de Kraft; Com 170 G/m2; Na Cor Parda; No Tamanho Oficio (240 x 360)mm; Haste de Metal; Ponteiras Poliestireno (ps); Sem Prendedor Interno; Modelo Normal; Visor Em Pvc Cristal e Etiqueta Branca;	100	Unidade	R\$ 2,40	R\$ 240,00
27	1303414	636529	Laminado Pvc Adesivado; Em Papel Siliconizado; Medindo (45cm); Frontal (0,080mm); Liner (0,080mm); Na Cor Lisa, Azul Escuro;	30	Rolo 10 Metro	R\$ 41,47	R\$ 1.244,10
28	5303230	276891	Recipiente para Lixo; Em Polipropileno; No Formato Cilindrico; Com Capacidade para 12 Litros; Sem Tampa; cor Preta.	30	Unidade	R\$ 14,70	R\$ 441,00
29	42439	419492	Clipe de Papelaria; de Aco; Formato Paralelo; Niquelado; Nr. 8/0.	300	CAIXA 100 UNIDADES	R\$ 4,76	R\$ 1.428,00
30	5153786	219920	Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno; Medindo (15x30)cm (l x A); Espessura mínima de 150 Micras em Cada Parede; Transparente; Sem Lacre; Isento de Furos, Ranhuras, Rebarbas e Particulas Pretas; Sem Rotulagem.	5	QUILOGRAMA	R\$ 21,92	R\$ 109,60
31	1419129	315722	Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno; Medindo (18x25)cm; Com Espessura mínima de 150 Micras (em Cada Parede); Transparente; Sem Lacre; Isento de Furos, Rebarbas e Particulas Pretas; Com Identificacao Na Embalagem de Acondicionamento	5	QUILOGRAMA	R\$ 23,48	R\$ 117,40
32	6406017	219921	Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno, Nao Reciclado; Medindo (20 x 30)cm (l x A); Espessura de 200 micras Em Cada Parede; Transparente, Sem Lacre, Isento de Furos, Ranhuras, Rebarbas e Particulas Pretas; Com Selagem Reforcada No Fundo; Deve Ser Rigorosamente Sem Impurezas (isento de Insetos, Fuligem e Pontos de Carbonizacao)	5	QUILOGRAMA	R\$ 19,50	R\$ 97,50
33	6405940	626876	Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno, Nao Reciclado; Medindo (35x45)cm - (lxa); Espessura de 200 micras Em Cada Parede; Transparente, Sem Lacre, Isento de Furos, Ranhuras, rebarbas e Particulas Pretas; Com Selagem Reforcada No Fundo; Deve Ser Rigorosamente Sem Impurezas (isento de Insetos, Fuligem, Pontos de Carbonizacao, Etc).	5	QUILOGRAMA	R\$ 23,00	R\$ 115,00
34	1400657	281970	Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno; Medindo (40x60)cm; Com Espessura de 200 micras Em Cada Parede; Transparente; Sem Lacre; Isento de Ranhuras, Rebarbas e Particulas Pretas; Com Identificacao Na Embalagem de Acondicionamento.	5	QUILOGRAMA	R\$ 18,98	R\$ 94,90

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÃO - CONTRATAÇÃO DIRETA

35	5478251	245084	Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno; Medindo (70 x 90)cm; Espessura de 200 micras Em Cada Parede; Transparente, Sem Lacre; Isento de Furos, Rebarbas e Particulas Pretas; Com Identificacao Na Embalagem de Acondicionamento	5	QUILOGRAMA	R\$ 22,73	R\$ 113,65
36	2447088	245084	Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno; Medindo (80x100)cm; Com Espessura Minima de 200 Micras Em Cada Parede; Transparente; Sem Lacre; Isento de Furos, Rebarbas e Particulas Pretas; Com Identificacao Na Embalagem de Acondicionamento	5	QUILOGRAMA	R\$ 24,04	R\$ 120,20
37	6104894	485191	Tubo Espiral; para Organizador de Cabos e Fios de Computadores, Camaras de Circuito Fechado; Confeccionad Em Pead-polietileno de Alta Densidade -monomero de Alta Constante Dieletrica e Flexivel; Temperatura de Aplicacao: Entre - 40°C a 80°C; Diametro de Amarracao: 1 Polegada; Na Cor Preta; Fornecido Em Caixa;	100	Metro	R\$ 25,50	R\$ 2.550,00
38	4052030	630613	Recipiente para Lixo; Em Aco Inoxidavel e Plastico; No Formato Cilindrico; Com Capacidade para 12 Litros; Medindo (25,5 Diametro x 40 Alt)cm; Com Tampa Movei; Em Aco Inox; Articulada; Com Pedal de Firme Encaixe e Embutido Na Base Frontal; Com Balde Interno de Plastico Dotado de Alca Metalica; Cor Natural Inox, balde Na Cor Preta;	40	Unidade	R\$ 147,70	R\$ 5.908,00
TOTAL							R\$ 84.409,85

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o [Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023](#).

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da [Lei nº 14.133, de 2021](#) e no [Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023](#).

1.3. *O prazo de vigência da contratação é de 20 (vinte) dias corridos, contados do envio da nota de empenho, na forma do artigo 105 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

1.4. O instrumento de celebração da contratação (definido pela documentação que compõe a presente contratação) estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. *O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.*

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. *A fundamentação da contratação e de seus quantitativos estão no Documento de Formalização da Demanda.*

2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do [Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023](#).*

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico Do Documento de Formalização de Demanda.*

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Da exigência de carta de solidariedade

4.1. *Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.*

Garantia da contratação

4.2. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em razão do valor do objeto.*

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. *O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias, contados do envio da nota de empenho, em remessa única.*

5.2. *Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*

5.3. *Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Dr. Lúcio Malta, 548, centro de Jacareí/SP, CEP 12327-001, Delegacia Seccional de Polícia de Jacareí;*

5.4. *Horário: das 09h às 17h*

5.5. *Responsável pelo Almoxarifado e Recebedor: Gustavo Ivo*

5.6. *Por se tratar de umas das principais ruas da zona central da cidade, a circulação de caminhões devem ser autorizadas pela Prefeitura, através do link: <https://www.jacarei.sp.gov.br/servico/solicitacao-de-autorizacao-para-transito-de-caminhoes/>*

5.7. *O entregador deve entrar com o veículo na garagem do prédio ou parar nas vagas em frente, pois há risco de multa se parar na rua.*

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.8. *O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 09 (nove) meses, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.*

5.9. *Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido na subdivisão acima, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.*

5.10. *A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.*

5.11. *A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.*

5.12. *Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.*

5.13. *As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.*

5.14. *Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.*

5.15. *O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o Contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de até 30 km do local demandado, hipótese em que o prazo para reparação ou substituição a que se refere a subdivisão anterior será contado a partir da data de entrega do equipamento na unidade de prestação de serviços do Contratado.*

5.16. *O prazo indicado na subdivisão anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso ([Lei nº 14.133, de 2021](#), art. 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, incisos II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **07 (sete)** dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **15 (quinze)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. *No caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.*

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez)** dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022](#), c/c o [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018](#) c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.14. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#), c/c o art. 1º do [Decreto estadual nº 32.117, de 1990](#)), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais- Cadin estadual”, de que trata a [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#), o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. *O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.*

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, caput, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR ITEM, observando-se o disposto no Decreto estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024.*

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será *com entrega imediata*.

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração da contratação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta aos seguintes cadastros informativos oficiais:

- a) Sicaf;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- e) Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- f) Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e
- g) Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alínea “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

8.4. Em relação a pessoa jurídica fornecedora, a consulta ao cadastro especificado na alínea “d” da subdivisão anterior será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

- 8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.6. Também constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#). Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).
- 8.7. A habilitação do interessado será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.
- 8.8. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do Sicaf, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.10. *Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.*
- 8.11. *Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes a CND e a CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas obrigações.*
- 8.12. *Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:*

Habilitação jurídica

- 8.13. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.14. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.15. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.16. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#);
- 8.17. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.18. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.19. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à [Lei nº 12.690, de 2012](#);

documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.20. *Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.*

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.21. *Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;*

8.22. *Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;*

8.23. *Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);*

8.24. *Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;*

8.25. *Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;*

8.26. *Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;*

8.27. *Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, [e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN,] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;*

8.28. *Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.*

8.29. *O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.*

Qualificação Econômico-Financeira

8.30. *Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de sociedade simples;*

8.31. *Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;*

Outras comprovações

8.32. *Declaração subscrita por representante legal do fornecedor, atestando que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;*

8.33. *Tratando-se de consórcio:*

8.33.1. *Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:*

- a) Designação do consórcio e sua composição;*
- b) Finalidade do consórcio;*
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;*
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;*
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;*
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase do procedimento de dispensa eletrônica quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;*
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na dispensa eletrônica e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;*
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.*

8.33.2. *O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;*

8.33.3. *Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;*

8.33.4. *A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio;*

8.34. *Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:*

8.34.1. *A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;*

8.34.2. *A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;*

8.34.3. *Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;*

8.34.4. *Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;*

8.34.5. *Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta;*

8.34.6. *A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;*

8.34.7. *Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.*

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. *O valor estimado total da contratação é de R\$ 109.909,85 (cento e nove mil, novecentos e nove reais e oitenta e cinco centavos) conforme custos unitários apostos na tabela em anexo. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.*

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.*

10.2. *No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:*

I) Gestão/Unidade: 180283;

II) Fonte de Recursos: 150010001;

III) Programa de Trabalho: ;

IV) Elemento de Despesa: 339039;

V) Plano Interno: [...].

10.3. *Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

Jacareí, data da assinatura digital.



Documento assinado digitalmente
ROBSON DE OLIVEIRA SANTOS
Data: 01/04/2026 15:35:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ROBSON DE OLIVEIRA SANTOS

Agente de Contratação

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÃO - CONTRATAÇÃO DIRETA

MARCOS BATALHA



Documento assinado digitalmente

MARCOS BATALHA

Data: 01/04/2026 15:42:02-0300

Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

Delegado Seccional de Polícia de Jacareí

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE JACAREÍ

(Processo Administrativo nº 09/2026 SEI Nº 058.00012538/2026-1

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº .XX/2026, CELEBRADO ENTRE O(A)) ESTADO DE SÃO PAULO POR INTERMÉDIO DO(A) DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE JACAREÍ, REPRESENTADA POR DOUTOR MARCOS BATALHA E

O Estado de São Paulo, por intermédio do(a) (da Delegacia Seccional de Polícia de Jacareí), com sede no(a) Rua Dr. Lúcio Malta, nº 548, Centro, CEP 12327-000, na cidade de Jacareí/Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 04.236.548/0017-53 neste ato representado(a) pelo(a) Doutor Marcos Batalha, brasileiro, funcionário público estadual, Delegado Seccional de Polícia e Ordenador de Despesas da UGE 180283, RG. 10.586.649 SSP/SP e CPF sob o nº 042.696.718-66, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº....., sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº, conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 058.00012538/2026-11 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 180283-09/2026., mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de Aquisição de Materias de Escritório e Outros., conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	Código BEC	Código Compras	DESCRIÇÃO	Quant	Unid. De Fornecimento	Preço Compras	TOTAL
1	4822587	329322	Borracha de Papelaria; Feita de Vinil, Atoxica, Livre de Ftalatos e Latex, Resistente Ao Tempo; Apagar Suave e Uniforme de Grafite; Nao Mancha o Papel, Equipada Com Luva/manga; Retangular; Medindo Aproximadamente 45 x 25 x 15 Mm; Na Cor Branca; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e Suas Atualizacoes Posteriores; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236.	50	Unidade	R\$ 0,5200	R\$ 26,00
2	1269488	468082	Caixa para Arquivo; Em Polipropileno Corrugado; (360x250x135)mm (cxaxl); Na Cor Preta	2000	Unidade	R\$ 6,2200	R\$ 12.440,00

3	4619889	615588	Caneta Esferografica; Corpo Em Resina Termoplastica; Formato do Corpo Sextavado; Modelo Descartavel; Corpo Externo Translucido Com Respiro; Ponta de Latao, Com Conexao Da Ponta Em Polipropileno (pp) Na Cor Da Tinta; Com Esfera de Tungstenio; Espessura de 0,8 Mm (fina); Rendimento Minimo de Escrita De: 1800 Metros; Na Cor de Tinta Azul; a Base de Corantes Organicos e Solventes, Em Reservatorio Opaco Sem Visao Da Tinta; Com Tampa Protetora Removivel Ventillada E; Tampa do Topo Fixa, Embutida, Ambos Na Cor Da Tinta; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores.	1000	Unidade	R\$ 0,8300	R\$ 830,00
4	1038281	405646	Caneta Marca Texto; Corpo Em Polipropileno Opaco; Ponta 3 a 5mm; Na Cor Amarela; Deve Estar de Acordo C/a Norma Vigente Obrigatoria Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236 e Atualizacoes.	500	Unidade	R\$ 0,6300	R\$ 315,00
5	6391303	632558	Capacho; Material Superior Em Fibra de Vinil Entrelacada, Vulcanizado; Material Inferior Emborrachado; Medindo (l x c) (0,90 x 0,60)m; Espessura 10mm; Na Cor Preta; Liso; Com Borda; Na Cor Preta; Formato Retangular; Com Logo; Antiderrapante; Com Garantia Minima de 90 Dias a Partir Da Entrega;	20	Unidade	R\$ 180,0000	R\$ 3.600,00
6	3956601	386956	Cola de Papelaria; Liquida; para Uso Escolar, Isopor, Tecido e Papel; Composicao Basica Acetato de Polivinila-pva; Lavavel, Nao Toxica; Secagem Normal; Acondicionada Em Frasco; Branca; Em Embalagem Plastica, Contendo Selo do Inmetro, Combico Economico; Com Validade Minima de Com Validade Minima de 1 Ano a Partir Da Data de Entrega; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr15236 - Frasco de 110 gramas, Bico Aplicador.	100	Unidade	R\$ 4,5800	R\$ 458,00
7	5898129	335414	Cola de Papelaria; Bastao; para Multiuso; 3-iodo-2-propinil Butilcarbamato, Glicerina, Hidroxido de Sodio, 2-aminoisobutano; Agua,sacarose, Copolimero Acrilico, Polimero de N-vinilpirrolidinona, Estearato de Sodio; Acondicionada Em Tubo; Branca; Com Validade Minima de 12 Meses;	100	Unidade	R\$ 1,9100	R\$ 191,00

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

8	140503	303747	<i>Fita Adesiva de Papelaria; Polipropileno; Medindo aproximadamente (48mmx50m); Incolor.</i>	500	Rolo 30 Metros	R\$ 2,9500	R\$ 1.475,00
9	6239579	485627	<i>Grampeador; de Mesa; Estrutura Metalica Pintada; Base Em Plastico Reforcado; Medindo 13cm Comprimento; Na Cor Branco; Grampo 24/6 e 26/6; Com Capacidade Minima para Grampear 25 Folhas; Compartimento para Estocar Grampo;</i>	50	CAIXA C/ 01 UNIDADE	R\$ 12,7500	R\$ 637,50
10	42048	203144	<i>Grampo para Grampeador; Galvanizado; Medindo 26/6.</i>	100	CAIXA 5.000 UNID.	R\$ 3,1500	R\$ 315,00
11	42056	243205	<i>Grampo para Grampeador; Galvanizado; Medindo 24/6.</i>	100	CAIXA 5.000 UNID.	R\$ 9,2300	R\$ 923,00
12	2164515	311193	<i>Extrator de Grampos; Em Aco Inox; Tipo Espatula.</i>	100	Unidade	R\$ 1,4300	R\$ 143,00
13	5035813	272346	<i>Lapis; Corpo Em Grafite Integral; Na Cor Preto Com Verniz Protetor; No Formato Redondo; Materia Da Carga Grafite; Numero 2b; Medindo No Minimo 170mm; Nome do Fabricante No Corpo do Produto; Com Identificacao do Fornecedor Na Embalagem; Acessorio Adicional: Apontado; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e Suas Atualizacoes Posteriores.</i>	200	Unidade	R\$ 0,3700	R\$ 74,00
14	1229168	469001	<i>Livro Ata de Papelaria; Medindo (220x320)mm Vertical; Capa Pesando 1250g/m2; Revestida Com Papel Kraft, Pesando 80g/m2; Na Cor Preta; Com 100fls(numeradas); Papel Off-set, Pesando 56g/m2.</i>	200	Unidade	R\$ 11,4400	R\$ 2.288,00
15	1229150	396405	<i>Livro Ata de Papelaria; Medindo (220x320)mm Vertical; Capa Pesando 1250g/m2; Revestida Com Papel Kraft, Pesando 80g/m2; Na Cor Preta; Com 50fls(numeradas); Papel Off-set, Pesando 56g/m2.</i>	50	Unidade	R\$ 7,8600	R\$ 393,00
16	5921058	443397	<i>Luva para Procedimento; Em Confeccionada Em Borracha Natural Látex; Com Textura Uniforme,sem Falhas e Ambidestra, Lisa; Lubrificada Com Po; No Tamanho Medio; Com Punho Acabado de Bainha do Mesmo Material Da Luva; Nao Esteril; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade do Produto; o Produto Devera Ser Entregue Acompanhado do Ca,e de Acordo Com Abnt Nbr 5426, Abnt Nbr Iso 13485, Resolucao Anvisa Rdc Nº 28/2011, Validade e Lote.</i>	50	CAIXA 100 UNIDADES	R\$ 18,6500	R\$ 932,50

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

17	2903881	461828	<i>Papel Sulfite de Papelaria; Gramatura 75g/m2; Formato A4; Medindo (210x297)mm; Alvura Minima de 90%, Conforme Norma Iso; Opacidade Minima de 87%; Umidade Entre 3,5% (+/-1,0), Conforme Norma Tappi; Corte Rotativo, Ph Alcalino Cor Branco; Embalagem Revestida Em Bopp; Produto Com Certificacao Ambiental Fsc Ou Cerflor/pefc, Com Selo e Codigo de Licenca Impressos Na Embalagem</i>	2000	PACOTE 500 FOLHAS	R\$ 20,0300	R\$ 40.060,0 0
18	46779	202041	<i>Pincel Atomico; Na Cor Preta; Com Ponta de Feltro Redonda ou Chanfrada; do Tipo Descartavel.</i>	50	Unidade	R\$ 1,3900	R\$ 69,50
19	4304454	409980	<i>Pincel P/ Quadro Branco Ou Vidro; Na Cor Preta; Com Ponta Macia para Nao Danificar o Quadro; do Tipo Recarregavel.</i>	50	Unidade	R\$ 2,2000	R\$ 110,00
20	5149738	203586	<i>Recado Auto Adesivo; Em Papel Off-set, Adesivo Acrilico e Reposicionavel; Medindo (76x76)mm, Apresentado Em Bloco, Sanfonado; Na Cor Azul Claro.</i>	200	Bloco 100 Folhas	R\$ 1,9800	R\$ 396,00
21	3957926	394469	<i>Regua de Uso Escolar/escritorio; Reta; de Acrilico; Medindo 30 Cm; Espessura de 3mm; Com Escala Em Milimetro Em Baixo Relevo e Borda Chanfrada; Na Cor Cristal Transparente; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com As Normas Nbr115236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro e Suas Atualizacoes Posteriores.</i>	100	Unidade	R\$ 1,3600	R\$ 136,00
22	1332155	327960	<i>Tesoura Escolar; de Aco Inoxidavel; Medindo 20cm; Cabo Plastico; Azul; para Destro, 3 Dedos; Com Rebite; Lamina Em Aco Inoxidavel; Garantia Contra Defeito de Fabricacao Por Tempo Indeterminado; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores.</i>	100	Unidade	R\$ 5,4900	R\$ 549,00
23	3387259	307745	<i>Tinta para Carimbo; Na Cor Preta; a Base de Agua; para Carimbo Auto Entintador; Comminima Garantia de 12 Meses;</i>	20	Frasco 40 ML	R\$ 3,9500	R\$ 79,00
24	5156246	356670	<i>Pasta Em L; de Polipropileno (pp), Com Espessura Minima de 0,15 Micras; Tamanho A4 medindo aproximadamente (230 x 330)mm; Na Cor Cristal;</i>	100	Unidade	R\$ 0,4000	R\$ 40,00
25	6379672	401936	<i>Coletor de Residuo de Tabaco; Aco Inox Aisi 430 (chapa 0,4mm); Metal Polido; Modelo para Piso; Bocal Circular; Contendo 05 Furos; Haste Cilindrica; Base Com 4 Furos para Fixacao No Piso, Tampa Circular para Cobertura; 21cm; Tampa Na Base, Nao Entra Agua, , Balde de</i>	5	Unidade	R\$ 1.070,0000	R\$ 5.350,00

			<i>Aluminio Interno para Higienizacao; Com Haste 92cm Altura; Capacidade 2.500 Pontas de Cigarro (10ls); Sistema de Abertura e Fechamento Com Imas Internos;</i>				
26	6381260	466616	<i>Pasta Suspensa; de Kraft; Com 170 G/m2; Na Cor Parda; No Tamanho Oficio (240 x 360)mm; Haste de Metal; Ponteiras Poliestireno (ps); Sem Prendedor Interno; Modelo Normal; Visor Em Pvc Cristal e Etiqueta Branca;</i>	100	Unidade	R\$ 2,4000	R\$ 240,00
27	1303414	636529	<i>Laminado Pvc Adesivado; Em Papel Siliconizado; Medindo (45cm); Frontal (0,080mm); Liner (0,080mm); Na Cor Lisa, Azul Escuro;</i>	30	Rolo 10 Metro	R\$ 41,4700	R\$ 1.244,10
28	5303230	276891	<i>Recipiente para Lixo; Em Polipropileno; No Formato Cilindrico; Com Capacidade para 12 Litros; Sem Tampa; cor Preta.</i>	30	Unidade	R\$ 14,7000	R\$ 441,00
29	42439	419492	<i>Clipe de Papelaria; de Aco; Formato Paralelo; Niquelado; Nr. 8/0.</i>	300	CAIXA 100 UNIDADES	R\$ 4,7600	R\$ 1.428,00
30	5153786	219920	<i>Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno; Medindo (15x30)cm (l x A); Espessura minima de 150 Micras em Cada Parede; Transparente; Sem Lacre; Isento de Furos, Ranhuras, Rebarbas e Particulas Pretas; Sem Rotulagem.</i>	5	QUILOG RAMA	R\$ 21,9200	R\$ 109,60
31	1419129	315722	<i>Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno; Medindo (18x25)cm; Com Espessura minima de 150 Micras (em Cada Parede); Transparente; Sem Lacre; Isento de Furos, Rebarbas e Particulas Pretas; Com Identificacao Na Embalagem de Acondicionamento</i>	5	QUILOG RAMA	R\$ 23,4800	R\$ 117,40
32	6406017	219921	<i>Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno, Nao Reciclado; Medindo (20 x 30)cm (l x A); Espessura de 200 micras Em Cada Parede; Transparente, Sem Lacre, Isento de Furos, Ranhuras, Rebarbas e Particulas Pretas; Com Selagem Reforcada No Fundo; Deve Ser Rigorosamente Sem Impurezas (isento de Insetos, Fuligem e Pontos de Carbonizacao)</i>	5	QUILOG RAMA	R\$ 19,5000	R\$ 97,50
33	6405940	626876	<i>Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno, Nao Reciclado; Medindo (35x45)cm - (lxa); Espessura de 200 micras Em Cada Parede; Transparente, Sem Lacre, Isento de Furos, Ranhuras, rebarbas e Particulas Pretas; Com Selagem Reforcada No Fundo; Deve Ser Rigorosamente Sem Impurezas (isento de Insetos, Fuligem, Pontos de Carbonizacao, Etc).</i>	5	QUILOG RAMA	R\$ 23,0000	R\$ 115,00

34	1400657	281970	Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno; Medindo (40x60)cm; Com Espessura de 200 micras Em Cada Parede; Transparente; Sem Lacre; Isento de Ranhuras, Rebarbas e Particulas Pretas; Com Identificacao Na Embalagem de Acondicionamento.	5	QUILOG RAMA	R\$ 18,9800	R\$ 94,90
35	5478251	245084	Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno; Medindo (70 x 90)cm; Espessura de 200 micras Em Cada Parede; Transparente, Sem Lacre; Isento de Furos, Rebarbas e Particulas Pretas; Com Identificacao Na Embalagem de Acondicionamento	5	QUILOG RAMA	R\$ 22,7300	R\$ 113,65
36	2447088	245084	Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno; Medindo (80x100)cm; Com Espessura Minima de 200 Micras Em Cada Parede; Transparente; Sem Lacre; Isento de Furos, Rebarbas e Particulas Pretas; Com Identificacao Na Embalagem de Acondicionamento	5	QUILOG RAMA	R\$ 24,0400	R\$ 120,20
37	6104894	485191	Tubo Espiral; para Organizador de Cabos e Fios de Computadores, Camaras de Circuito Fechado; Confeccionad Em Pead-polietileno de Alta Densidade -monomero de Alta Constante Dieletrica e Flexivel; Temperatura de Aplicacao: Entre - 40°C a 80°C; Diametro de Amarracao: 1 Polegada; Na Cor Preta; Fornecido Em Caixa;	100	Metro	R\$ 25,5000	R\$ 2.550,00
38	4052030	630613	Recipiente para Lixo; Em Aco Inoxidavel e Plastico; No Formato Cilindrico; Com Capacidade para 12 Litros; Medindo (25,5 Diametro x 40 Alt)cm; Com Tampa Movei; Em Aco Inox; Articulada; Com Pedal de Firme Encaixe e Embutido Na Base Frontal; Com Balde Interno de Plastico Dotado de Alca Metalica; Cor Natural Inox, balde Na Cor Preta;	40	Unidade	R\$ 147,7000	R\$ 5.908,00

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O fornecimento do objeto será **com entrega imediata**

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias, contados do(a) emissão da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo

necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. *Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:*

2.1.2.1. *O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;*

2.1.2.2. *O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.1.3. *Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.*

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. A forma de fornecimento, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.*

4.1.1. *cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.*

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. *O valor total da contratação é de R\$84.409,85 (Oitenta e quatro mil, quatrocentos e nove reais e oitenta e cinco centavos).*

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.*

5.4. *Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.*

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrealizáveis

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de **10 (dez dias)** para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;
- 8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **10 (dez dias)**, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.1.10. **Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;**
- 8.1.11. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 9.1.1. **Quando for o caso de objetos eletro/eletrônico entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;**

- 9.1.2. Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o Contratante;
- 9.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 9.1.4. Comunicar ao Contratante, assim que possível e com a devida antecedência em relação à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso ocorrida tal circunstância;
- 9.1.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;
- 9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do artigo 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- 9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.1.14. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.17. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.1.18. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.*

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iv. **Multa:**

Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais as sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

- 12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração

de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 00001/180283

II. Fonte de Recursos: 150010001

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa: 339030

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

13.2. *Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

15.4. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em **01 (uma) via**, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. OU [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

TERMO DE REFERÊNCIA

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE JACAREÍ

(Processo Administrativo nº 058.00012538/2026-11)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de **MATERIAL DE ESCRITÓRIO E OUTROS**, nos termos da tabela em anexo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	Código BEC	Código Compras	DESCRIÇÃO	Quant.	Unid. De Fornecimento	Preço Compras	TOTAL
1	4822587	329322	Borracha de Papelaria; Feita de Vinil, Atóxica, Livre de Ftalatos e Latex, Resistente Ao Tempo; Apagar Suave e Uniforme de Grafite; Não Mancha o Papel, Equipada Com Luva/manga; Retangular; Medindo Aproximadamente 45 x 25 x 15 Mm; Na Cor Branca; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e Suas Atualizacoes Posteriores; e Suas Condições Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236.	50	Unidade	R\$ 0,52	R\$ 26,00
2	1269488	468082	Caixa para Arquivo; Em Polipropileno Corrugado; (360x250x135)mm (cxaxl); Na Cor Preta	2000	Unidade	R\$ 6,22	R\$ 12.440,00
3	4619889	615588	Caneta Esferográfica; Corpo Em Resina Termoplástica; Formato do Corpo Sextavado; Modelo Descartável; Corpo Externo Translúcido Com Respirador; Ponta de Latao, Com Conexão Da Ponta Em Polipropileno (pp) Na Cor Da Tinta; Com Esfera de Tungstênio; Espessura de 0,8 Mm (fina); Rendimento Mínimo de Escrita De: 1800 Metros; Na Cor de Tinta Azul; a Base de Corantes Orgânicos e Solventes, Em Reservatório Opaco Sem Visão Da Tinta; Com Tampa Protetora Removível Ventilada E; Tampa do Topo Fixa, Embutida, Ambos Na Cor Da Tinta; e Suas Condições Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores.	1000	Unidade	R\$ 0,83	R\$ 830,00
4	1038281	405646	Caneta Marca Texto; Corpo Em Polipropileno Opaco; Ponta 3 a 5mm; Na Cor Amarela; Deve Estar de Acordo C/a Norma Vigente Obrigatória Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores; e Suas Condições Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236 e Atualizacoes.	500	Unidade	R\$ 0,63	R\$ 315,00
5	6391303	632558	Capacho; Material Superior Em Fibra de Vinil Entrelaçada, Vulcanizado; Material Inferior Emborrachado; Medindo (l x c) (0,90 x 0,60)m; Espessura 10mm; Na Cor Preta; Liso; Com Borda; Na Cor Preta; Formato Retangular; Com Logo; Antiderrapante; Com Garantia Mínima de 90 Dias a Partir Da Entrega;	20	Unidade	R\$ 180,00	R\$ 3.600,00

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÃO - CONTRATAÇÃO DIRETA

6	3956601	386956	Cola de Papelaria; Líquida; para Uso Escolar, Isopor, Tecido e Papel; Composição Básica Acetato de Polivinila-pva; Lavável, Não Tóxica; Secagem Normal; Acondicionada Em Frasco; Branca; Em Embalagem Plástica, Contendo Selo do Inmetro, Combico Econômico; Com Validade Mínima de Com Validade Mínima de 1 Ano a Partir Da Data de Entrega; Com Certificação Compulsória Inmetro, e As Suas Atualizações Posteriores; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Norma Nbr15236 - Frasco de 110 gramas, Bico Aplicador.	100	Unidade	R\$ 4,58	R\$ 458,00
7	5898129	335414	Cola de Papelaria; Bastão; para Multiuso; 3-iodo-2-propinil Butilcarbamato, Glicerina, Hidróxido de Sódio, 2-aminoisobutano; Água, sacarose, Copolímero Acrílico, Polímero de N-vinilpirrolidina, Estearato de Sódio; Acondicionada Em Tubo; Branca; Com Validade Mínima de 12 Meses;	100	Unidade	R\$ 1,91	R\$ 191,00
8	140503	303747	Fita Adesiva de Papelaria; Polipropileno; Medindo aproximadamente (48mmx50m); Incolor.	500	Rolo 30 Metros	R\$ 2,95	R\$ 1.475,00
9	6239579	485627	Grampeador; de Mesa; Estrutura Metálica Pintada; Base Em Plástico Reforçado; Medindo 13cm Comprimento; Na Cor Branco; Grampo 24/6 e 26/6; Com Capacidade Mínima para Grampear 25 Folhas; Compartimento para Estocar Grampo;	50	CAIXA C/ 01 UNIDADE	R\$ 12,75	R\$ 637,50
10	42048	203144	Grampo para Grampeador; Galvanizado; Medindo 26/6.	100	CAIXA 5.000 UNID.	R\$ 3,15	R\$ 315,00
11	42056	243205	Grampo para Grampeador; Galvanizado; Medindo 24/6.	100	CAIXA 5.000 UNID.	R\$ 9,23	R\$ 923,00
12	2164515	311193	Extrator de Grampos; Em Aço Inox; Tipo Espátula.	100	Unidade	R\$ 1,43	R\$ 143,00
13	5035813	272346	Lapis; Corpo Em Grafite Integral; Na Cor Preto Com Verniz Protetor; No Formato Redondo; Matéria Da Carga Grafite; Número 2b; Medindo No Mínimo 170mm; Nome do Fabricante No Corpo do Produto; Com Identificação do Fornecedor Na Embalagem; Acessório Adicional: Apontado; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificação Compulsória Inmetro, e Suas Atualizações Posteriores.	200	Unidade	R\$ 0,37	R\$ 74,00
14	1229168	469001	Livro Ata de Papelaria; Medindo (220x320)mm Vertical; Capa Pesando 1250g/m²; Revestida Com Papel Kraft, Pesando 80g/m²; Na Cor Preta; Com 100fls(numeradas); Papel Off-set, Pesando 56g/m².	200	Unidade	R\$ 11,44	R\$ 2.288,00
15	1229150	396405	Livro Ata de Papelaria; Medindo (220x320)mm Vertical; Capa Pesando 1250g/m²; Revestida Com Papel Kraft, Pesando 80g/m²; Na Cor Preta; Com 50fls(numeradas); Papel Off-set, Pesando 56g/m².	50	Unidade	R\$ 7,86	R\$ 393,00

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÃO - CONTRATAÇÃO DIRETA

16	5921058	443397	Luva para Procedimento; Em Confeccionada Em Borracha Natural Látex; Com Textura Uniforme,sem Falhas e Ambidestra, Lisa; Lubrificada Com Po; No Tamanho Medio; Com Punho Acabado de Bainha do Mesmo Material Da Luva; Nao Esteril; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade do Produto; o Produto Devera Ser Entregue Acompanhado do Ca,e de Acordo Com Abnt Nbr 5426, Abnt Nbr Iso 13485, Resolucao Anvisa Rdc Nº 28/2011, Validade e Lote.	50	CAIXA 100 UNIDADES	R\$ 18,65	R\$ 932,50
17	2903881	461828	Papel Sulfite de Papelaria; Gramatura 75g/m2; Formato A4; Medindo (210x297)mm; Alvura Minima de 90%, Conforme Norma Iso; Opacidade Minima de 87%; Umidade Entre 3,5% (+/-1,0), Conforme Norma Tappi; Corte Rotativo, Ph Alcalino Cor Branco; Embalagem Revestida Em Bopp; Produto Com Certificacao Ambiental Fsc Ou Cerflor/pefc, Com Selo e Codigo de Licenca Impressos Na Embalagem	2000	PACOTE 500 FOLHAS	R\$ 20,03	R\$ 40.060,00
18	46779	202041	Pincel Atomico; Na Cor Preta; Com Ponta de Feltro Redonda ou Chanfrada; do Tipo Descartavel.	50	Unidade	R\$ 1,39	R\$ 69,50
19	4304454	409980	Pincel P/ Quadro Branco Ou Vidro; Na Cor Preta; Com Ponta Macia para Nao Danificar o Quadro; do Tipo Recarregavel.	50	Unidade	R\$ 2,20	R\$ 110,00
20	5149738	203586	Recado Auto Adesivo; Em Papel Off-set, Adesivo Acrilico e Reposicionavel; Medindo (76x76)mm, Apresentado Em Bloco, Sanfonado; Na Cor Azul Claro.	200	Bloco 100 Folhas	R\$ 1,98	R\$ 396,00
21	3957926	394469	Regua de Uso Escolar/escritorio; Reta; de Acrilico; Medindo 30 Cm; Espessura de 3mm; Com Escala Em Milimetro Em Baixo Relevo e Borda Chanfrada; Na Cor Cristal Transparente; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com As Normas Nbr115236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro e Suas Atualizacoes Posteriores.	100	Unidade	R\$ 1,36	R\$ 136,00
22	1332155	327960	Tesoura Escolar; de Aco Inoxidavel; Medindo 20cm; Cabo Plastico; Azul; para Destro, 3 Dedos; Com Rebite; Lamina Em Aco Inoxidavel; Garantia Contra Defeito de Fabricacao Por Tempo Indeterminado; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores.	100	Unidade	R\$ 5,49	R\$ 549,00
23	3387259	307745	Tinta para Carimbo; Na Cor Preta; a Base de Agua; para Carimbo Auto Entintador; Comminima Garantia de 12 Meses;	20	Frasco 40 ML	R\$ 3,95	R\$ 79,00
24	5156246	356670	Pasta Em L; de Polipropileno (pp), Com Espessura Minima de 0,15 Micras; Tamanho A4 medindo aproximadamente (230 x 330)mm; Na Cor Cristal;	100	Unidade	R\$ 0,40	R\$ 40,00

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÃO - CONTRATAÇÃO DIRETA

25	6379672	401936	Coletor de Residuo de Tabaco; Aco Inox Aisi 430 (chapa 0,4mm); Metal Polido; Modelo para Piso; Bocal Circular; Contendo 05 Furos; Haste Cilindrica; Base Com 4 Furos para Fixacao No Piso, Tampa Circular para Cobertura; 21cm; Tampa Na Base, Nao Entra Agua, , Balde de Aluminio Interno para Higienizacao; Com Haste 92cm Altura; Capacidade 2.500 Pontas de Cigarro (10ls); Sistema de Abertura e Fechamento Com Imas Internos;	5	Unidade	R\$ 1.070,00	R\$ 5.350,00
26	6381260	466616	Pasta Suspensa; de Kraft; Com 170 G/m2; Na Cor Parda; No Tamanho Oficio (240 x 360)mm; Haste de Metal; Ponteiros Poliestireno (ps); Sem Prendedor Interno; Modelo Normal; Visor Em Pvc Cristal e Etiqueta Branca;	100	Unidade	R\$ 2,40	R\$ 240,00
27	1303414	636529	Laminado Pvc Adesivado; Em Papel Siliconizado; Medindo (45cm); Frontal (0,080mm); Liner (0,080mm); Na Cor Lisa, Azul Escuro;	30	Rolo 10 Metro	R\$ 41,47	R\$ 1.244,10
28	5303230	276891	Recipiente para Lixo; Em Polipropileno; No Formato Cilindrico; Com Capacidade para 12 Litros; Sem Tampa; cor Preta.	30	Unidade	R\$ 14,70	R\$ 441,00
29	42439	419492	Clipe de Papelaria; de Aco; Formato Paralelo; Niquelado; Nr. 8/0.	300	CAIXA 100 UNIDADES	R\$ 4,76	R\$ 1.428,00
30	5153786	219920	Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno; Medindo (15x30)cm (l x A); Espessura mínima de 150 Micras em Cada Parede; Transparente; Sem Lacre; Isento de Furos, Ranhuras, Rebarbas e Particulas Pretas; Sem Rotulagem.	5	QUILOGRAMA	R\$ 21,92	R\$ 109,60
31	1419129	315722	Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno; Medindo (18x25)cm; Com Espessura mínima de 150 Micras (em Cada Parede); Transparente; Sem Lacre; Isento de Furos, Rebarbas e Particulas Pretas; Com Identificacao Na Embalagem de Acondicionamento	5	QUILOGRAMA	R\$ 23,48	R\$ 117,40
32	6406017	219921	Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno, Nao Reciclado; Medindo (20 x 30)cm (l x A); Espessura de 200 micras Em Cada Parede; Transparente, Sem Lacre, Isento de Furos, Ranhuras, Rebarbas e Particulas Pretas; Com Selagem Reforcada No Fundo; Deve Ser Rigorosamente Sem Impurezas (isento de Insetos, Fuligem e Pontos de Carbonizacao)	5	QUILOGRAMA	R\$ 19,50	R\$ 97,50
33	6405940	626876	Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno, Nao Reciclado; Medindo (35x45)cm - (lxa); Espessura de 200 micras Em Cada Parede; Transparente, Sem Lacre, Isento de Furos, Ranhuras, rebarbas e Particulas Pretas; Com Selagem Reforcada No Fundo; Deve Ser Rigorosamente Sem Impurezas (isento de Insetos, Fuligem, Pontos de Carbonizacao, Etc).	5	QUILOGRAMA	R\$ 23,00	R\$ 115,00
34	1400657	281970	Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno; Medindo (40x60)cm; Com Espessura de 200 micras Em Cada Parede; Transparente; Sem Lacre; Isento de Ranhuras, Rebarbas e Particulas Pretas; Com Identificacao Na Embalagem de Acondicionamento.	5	QUILOGRAMA	R\$ 18,98	R\$ 94,90

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÃO - CONTRATAÇÃO DIRETA

35	5478251	245084	Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno; Medindo (70 x 90)cm; Espessura de 200 micras Em Cada Parede; Transparente, Sem Lacre; Isento de Furos, Rebarbas e Particulas Pretas; Com Identificacao Na Embalagem de Acondicionamento	5	QUILOGRAMA	R\$ 22,73	R\$ 113,65
36	2447088	245084	Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno; Medindo (80x100)cm; Com Espessura Minima de 200 Micras Em Cada Parede; Transparente; Sem Lacre; Isento de Furos, Rebarbas e Particulas Pretas; Com Identificacao Na Embalagem de Acondicionamento	5	QUILOGRAMA	R\$ 24,04	R\$ 120,20
37	6104894	485191	Tubo Espiral; para Organizador de Cabos e Fios de Computadores, Camaras de Circuito Fechado; Confeccionad Em Pead-polietileno de Alta Densidade -monomero de Alta Constante Dieletrica e Flexivel; Temperatura de Aplicacao: Entre - 40°C a 80°C; Diametro de Amarracao: 1 Polegada; Na Cor Preta; Fornecido Em Caixa;	100	Metro	R\$ 25,50	R\$ 2.550,00
38	4052030	630613	Recipiente para Lixo; Em Aco Inoxidavel e Plastico; No Formato Cilindrico; Com Capacidade para 12 Litros; Medindo (25,5 Diametro x 40 Alt)cm; Com Tampa Movei; Em Aco Inox; Articulada; Com Pedal de Firme Encaixe e Embutido Na Base Frontal; Com Balde Interno de Plastico Dotado de Alca Metalica; Cor Natural Inox, balde Na Cor Preta;	40	Unidade	R\$ 147,70	R\$ 5.908,00
TOTAL							R\$ 84.409,85

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o [Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023](#).

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da [Lei nº 14.133, de 2021](#) e no [Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023](#).

1.3. *O prazo de vigência da contratação é de 20 (vinte) dias corridos, contados do envio da nota de empenho, na forma do artigo 105 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

1.4. O instrumento de celebração da contratação (definido pela documentação que compõe a presente contratação) estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. *O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.*

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. *A fundamentação da contratação e de seus quantitativos estão no Documento de Formalização da Demanda.*

2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do [Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023](#).*

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico Do Documento de Formalização de Demanda.*

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Da exigência de carta de solidariedade

4.1. *Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.*

Garantia da contratação

4.2. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em razão do valor do objeto.*

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. *O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias, contados do envio da nota de empenho, em remessa única.*

5.2. *Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*

5.3. *Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Dr. Lúcio Malta, 548, centro de Jacareí/SP, CEP 12327-001, Delegacia Seccional de Polícia de Jacareí;*

5.4. *Horário: das 09h às 17h*

5.5. *Responsável pelo Almoxarifado e Recebedor: Gustavo Ivo*

5.6. *Por se tratar de umas das principais ruas da zona central da cidade, a circulação de caminhões devem ser autorizadas pela Prefeitura, através do link: <https://www.jacarei.sp.gov.br/servico/solicitacao-de-autorizacao-para-transito-de-caminhoes/>*

5.7. *O entregador deve entrar com o veículo na garagem do prédio ou parar nas vagas em frente, pois há risco de multa se parar na rua.*

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.8. *O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 09 (nove) meses, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.*

5.9. *Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido na subdivisão acima, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.*

5.10. *A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.*

5.11. *A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.*

5.12. *Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.*

5.13. *As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.*

5.14. *Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.*

5.15. *O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o Contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de até 30 km do local demandado, hipótese em que o prazo para reparação ou substituição a que se refere a subdivisão anterior será contado a partir da data de entrega do equipamento na unidade de prestação de serviços do Contratado.*

5.16. *O prazo indicado na subdivisão anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso ([Lei nº 14.133, de 2021](#), art. 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, incisos II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **07 (sete)** dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **15 (quinze)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. *No caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.*

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez)** dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022](#), c/c o [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018](#) c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.14. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#), c/c o art. 1º do [Decreto estadual nº 32.117, de 1990](#)), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais- Cadin estadual”, de que trata a [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#), o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. *O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.*

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, caput, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR ITEM, observando-se o disposto no Decreto estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024.*

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será *com entrega imediata*.

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração da contratação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta aos seguintes cadastros informativos oficiais:

- a) Sicaf;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- e) Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- f) Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e
- g) Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alínea “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

8.4. Em relação a pessoa jurídica fornecedora, a consulta ao cadastro especificado na alínea “d” da subdivisão anterior será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

- 8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.6. Também constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#). Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).
- 8.7. A habilitação do interessado será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.
- 8.8. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do Sicaf, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.10. *Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.*
- 8.11. *Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes a CND e a CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas obrigações.*
- 8.12. *Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:*

Habilitação jurídica

- 8.13. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.14. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.15. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.16. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#);
- 8.17. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.18. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.19. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à [Lei nº 12.690, de 2012](#);

documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.20. *Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.*

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.21. *Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;*

8.22. *Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;*

8.23. *Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);*

8.24. *Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;*

8.25. *Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;*

8.26. *Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;*

8.27. *Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, [e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN,] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;*

8.28. *Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.*

8.29. *O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.*

Qualificação Econômico-Financeira

8.30. *Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de sociedade simples;*

8.31. *Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;*

Outras comprovações

8.32. *Declaração subscrita por representante legal do fornecedor, atestando que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;*

8.33. *Tratando-se de consórcio:*

8.33.1. *Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:*

- a) Designação do consórcio e sua composição;*
- b) Finalidade do consórcio;*
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;*
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;*
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;*
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase do procedimento de dispensa eletrônica quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;*
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na dispensa eletrônica e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;*
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.*

8.33.2. *O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;*

8.33.3. *Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;*

8.33.4. *A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio;*

8.34. *Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:*

8.34.1. *A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;*

8.34.2. *A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;*

8.34.3. *Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;*

8.34.4. *Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;*

8.34.5. *Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta;*

8.34.6. *A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;*

8.34.7. *Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.*

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. *O valor estimado total da contratação é de R\$ 84.409,85 (oitenta e quatro mil, quatrocentos e nove reais e oitenta e cinco centavos) conforme custos unitários apostos na tabela em anexo. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.*

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.*

10.2. *No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:*

I) Gestão/Unidade: 180283;

II) Fonte de Recursos: 150010001;

III) Programa de Trabalho: ;

IV) Elemento de Despesa: 339039;

V) Plano Interno: [...].

10.3. *Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

Jacareí, data da assinatura digital.



Documento assinado digitalmente
ROBSON DE OLIVEIRA SANTOS
Data: 01/04/2026 15:35:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ROBSON DE OLIVEIRA SANTOS

Agente de Contratação

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÃO - CONTRATAÇÃO DIRETA

MARCOS BATALHA



Documento assinado digitalmente

MARCOS BATALHA

Data: 01/04/2026 15:42:02-0300

Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

Delegado Seccional de Polícia de Jacareí

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE JACAREÍ

(Processo Administrativo nº 09/2026 SEI Nº 058.00012538/2026-1

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº .XX/2026, CELEBRADO ENTRE O(A)) ESTADO DE SÃO PAULO POR INTERMÉDIO DO(A) DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE JACAREÍ, REPRESENTADA POR DOUTOR MARCOS BATALHA E

O Estado de São Paulo, por intermédio do(a) (da Delegacia Seccional de Polícia de Jacareí), com sede no(a) Rua Dr. Lúcio Malta, nº 548, Centro, CEP 12327-000, na cidade de Jacareí/Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 04.236.548/0017-53 neste ato representado(a) pelo(a) Doutor Marcos Batalha, brasileiro, funcionário público estadual, Delegado Seccional de Polícia e Ordenador de Despesas da UGE 180283, RG. 10.586.649 SSP/SP e CPF sob o nº 042.696.718-66, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº....., sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº, conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 058.00012538/2026-11 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 180283-09/2026., mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de Aquisição de Materias de Escritório e Outros., conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	Código BEC	Código Compras	DESCRIÇÃO	Quant	Unid. De Fornecimento	Preço Compras	TOTAL
1	4822587	329322	Borracha de Papelaria; Feita de Vinil, Atoxica, Livre de Ftalatos e Latex, Resistente Ao Tempo; Apagar Suave e Uniforme de Grafite; Nao Mancha o Papel, Equipada Com Luva/manga; Retangular; Medindo Aproximadamente 45 x 25 x 15 Mm; Na Cor Branca; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e Suas Atualizacoes Posteriores; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236.	50	Unidade	R\$ 0,5200	R\$ 26,00
2	1269488	468082	Caixa para Arquivo; Em Polipropileno Corrugado; (360x250x135)mm (cxaxl); Na Cor Preta	2000	Unidade	R\$ 6,2200	R\$ 12.440,00

3	4619889	615588	Caneta Esferografica; Corpo Em Resina Termoplastica; Formato do Corpo Sextavado; Modelo Descartavel; Corpo Externo Translucido Com Respiro; Ponta de Latao, Com Conexao Da Ponta Em Polipropileno (pp) Na Cor Da Tinta; Com Esfera de Tungstenio; Espessura de 0,8 Mm (fina); Rendimento Minimo de Escrita De: 1800 Metros; Na Cor de Tinta Azul; a Base de Corantes Organicos e Solventes, Em Reservatorio Opaco Sem Visao Da Tinta; Com Tampa Protetora Removivel Ventillada E; Tampa do Topo Fixa, Embutida, Ambos Na Cor Da Tinta; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores.	1000	Unidade	R\$ 0,8300	R\$ 830,00
4	1038281	405646	Caneta Marca Texto; Corpo Em Polipropileno Opaco; Ponta 3 a 5mm; Na Cor Amarela; Deve Estar de Acordo C/a Norma Vigente Obrigatoria Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236 e Atualizacoes.	500	Unidade	R\$ 0,6300	R\$ 315,00
5	6391303	632558	Capacho; Material Superior Em Fibra de Vinil Entrelacada, Vulcanizado; Material Inferior Emborrachado; Medindo (l x c) (0,90 x 0,60)m; Espessura 10mm; Na Cor Preta; Liso; Com Borda; Na Cor Preta; Formato Retangular; Com Logo; Antiderrapante; Com Garantia Minima de 90 Dias a Partir Da Entrega;	20	Unidade	R\$ 180,0000	R\$ 3.600,00
6	3956601	386956	Cola de Papelaria; Liquida; para Uso Escolar, Isopor, Tecido e Papel; Composicao Basica Acetato de Polivinila-pva; Lavavel, Nao Toxica; Secagem Normal; Acondicionada Em Frasco; Branca; Em Embalagem Plastica, Contendo Selo do Inmetro, Combico Economico; Com Validade Minima de Com Validade Minima de 1 Ano a Partir Da Data de Entrega; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr15236 - Frasco de 110 gramas, Bico Aplicador.	100	Unidade	R\$ 4,5800	R\$ 458,00
7	5898129	335414	Cola de Papelaria; Bastao; para Multiuso; 3-iodo-2-propinil Butilcarbamato, Glicerina, Hidroxido de Sodio, 2-aminoisobutano; Agua,sacarose, Copolimero Acrilico, Polimero de N-vinilpirrolidinona, Estearato de Sodio; Acondicionada Em Tubo; Branca; Com Validade Minima de 12 Meses;	100	Unidade	R\$ 1,9100	R\$ 191,00

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

8	140503	303747	<i>Fita Adesiva de Papelaria; Polipropileno; Medindo aproximadamente (48mmx50m); Incolor.</i>	500	Rolo 30 Metros	R\$ 2,9500	R\$ 1.475,00
9	6239579	485627	<i>Grampeador; de Mesa; Estrutura Metalica Pintada; Base Em Plastico Reforcado; Medindo 13cm Comprimento; Na Cor Branco; Grampo 24/6 e 26/6; Com Capacidade Minima para Grampear 25 Folhas; Compartimento para Estocar Grampo;</i>	50	CAIXA C/ 01 UNIDADE	R\$ 12,7500	R\$ 637,50
10	42048	203144	<i>Grampo para Grampeador; Galvanizado; Medindo 26/6.</i>	100	CAIXA 5.000 UNID.	R\$ 3,1500	R\$ 315,00
11	42056	243205	<i>Grampo para Grampeador; Galvanizado; Medindo 24/6.</i>	100	CAIXA 5.000 UNID.	R\$ 9,2300	R\$ 923,00
12	2164515	311193	<i>Extrator de Grampos; Em Aco Inox; Tipo Espatula.</i>	100	Unidade	R\$ 1,4300	R\$ 143,00
13	5035813	272346	<i>Lapis; Corpo Em Grafite Integral; Na Cor Preto Com Verniz Protetor; No Formato Redondo; Materia Da Carga Grafite; Numero 2b; Medindo No Minimo 170mm; Nome do Fabricante No Corpo do Produto; Com Identificacao do Fornecedor Na Embalagem; Acessorio Adicional: Apontado; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e Suas Atualizacoes Posteriores.</i>	200	Unidade	R\$ 0,3700	R\$ 74,00
14	1229168	469001	<i>Livro Ata de Papelaria; Medindo (220x320)mm Vertical; Capa Pesando 1250g/m2; Revestida Com Papel Kraft, Pesando 80g/m2; Na Cor Preta; Com 100fls(numeradas); Papel Off-set, Pesando 56g/m2.</i>	200	Unidade	R\$ 11,4400	R\$ 2.288,00
15	1229150	396405	<i>Livro Ata de Papelaria; Medindo (220x320)mm Vertical; Capa Pesando 1250g/m2; Revestida Com Papel Kraft, Pesando 80g/m2; Na Cor Preta; Com 50fls(numeradas); Papel Off-set, Pesando 56g/m2.</i>	50	Unidade	R\$ 7,8600	R\$ 393,00
16	5921058	443397	<i>Luva para Procedimento; Em Confeccionada Em Borracha Natural Látex; Com Textura Uniforme,sem Falhas e Ambidestra, Lisa; Lubrificada Com Po; No Tamanho Medio; Com Punho Acabado de Bainha do Mesmo Material Da Luva; Nao Esteril; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade do Produto; o Produto Devera Ser Entregue Acompanhado do Ca,e de Acordo Com Abnt Nbr 5426, Abnt Nbr Iso 13485, Resolucao Anvisa Rdc Nº 28/2011, Validade e Lote.</i>	50	CAIXA 100 UNIDADES	R\$ 18,6500	R\$ 932,50

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

17	2903881	461828	<i>Papel Sulfite de Papelaria; Gramatura 75g/m2; Formato A4; Medindo (210x297)mm; Alvura Minima de 90%, Conforme Norma Iso; Opacidade Minima de 87%; Umidade Entre 3,5% (+/-1,0), Conforme Norma Tappi; Corte Rotativo, Ph Alcalino Cor Branco; Embalagem Revestida Em Bopp; Produto Com Certificacao Ambiental Fsc Ou Cerflor/pefc, Com Selo e Codigo de Licenca Impressos Na Embalagem</i>	2000	PACOTE 500 FOLHAS	R\$ 20,0300	R\$ 40.060,0 0
18	46779	202041	<i>Pincel Atomico; Na Cor Preta; Com Ponta de Feltro Redonda ou Chanfrada; do Tipo Descartavel.</i>	50	Unidade	R\$ 1,3900	R\$ 69,50
19	4304454	409980	<i>Pincel P/ Quadro Branco Ou Vidro; Na Cor Preta; Com Ponta Macia para Nao Danificar o Quadro; do Tipo Recarregavel.</i>	50	Unidade	R\$ 2,2000	R\$ 110,00
20	5149738	203586	<i>Recado Auto Adesivo; Em Papel Off-set, Adesivo Acrilico e Reposicionavel; Medindo (76x76)mm, Apresentado Em Bloco, Sanfonado; Na Cor Azul Claro.</i>	200	Bloco 100 Folhas	R\$ 1,9800	R\$ 396,00
21	3957926	394469	<i>Regua de Uso Escolar/escritorio; Reta; de Acrilico; Medindo 30 Cm; Espessura de 3mm; Com Escala Em Milimetro Em Baixo Relevo e Borda Chanfrada; Na Cor Cristal Transparente; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com As Normas Nbr115236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro e Suas Atualizacoes Posteriores.</i>	100	Unidade	R\$ 1,3600	R\$ 136,00
22	1332155	327960	<i>Tesoura Escolar; de Aco Inoxidavel; Medindo 20cm; Cabo Plastico; Azul; para Destro, 3 Dedos; Com Rebite; Lamina Em Aco Inoxidavel; Garantia Contra Defeito de Fabricacao Por Tempo Indeterminado; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores.</i>	100	Unidade	R\$ 5,4900	R\$ 549,00
23	3387259	307745	<i>Tinta para Carimbo; Na Cor Preta; a Base de Agua; para Carimbo Auto Entintador; Comminima Garantia de 12 Meses;</i>	20	Frasco 40 ML	R\$ 3,9500	R\$ 79,00
24	5156246	356670	<i>Pasta Em L; de Polipropileno (pp), Com Espessura Minima de 0,15 Micras; Tamanho A4 medindo aproximadamente (230 x 330)mm; Na Cor Cristal;</i>	100	Unidade	R\$ 0,4000	R\$ 40,00
25	6379672	401936	<i>Coletor de Residuo de Tabaco; Aco Inox Aisi 430 (chapa 0,4mm); Metal Polido; Modelo para Piso; Bocal Circular; Contendo 05 Furos; Haste Cilindrica; Base Com 4 Furos para Fixacao No Piso, Tampa Circular para Cobertura; 21cm; Tampa Na Base, Nao Entra Agua, , Balde de</i>	5	Unidade	R\$ 1.070,0000	R\$ 5.350,00

			<i>Aluminio Interno para Higienizacao; Com Haste 92cm Altura; Capacidade 2.500 Pontas de Cigarro (10ls); Sistema de Abertura e Fechamento Com Imas Internos;</i>				
26	6381260	466616	<i>Pasta Suspensa; de Kraft; Com 170 G/m2; Na Cor Parda; No Tamanho Oficio (240 x 360)mm; Haste de Metal; Ponteiras Poliestireno (ps); Sem Prendedor Interno; Modelo Normal; Visor Em Pvc Cristal e Etiqueta Branca;</i>	100	Unidade	R\$ 2,4000	R\$ 240,00
27	1303414	636529	<i>Laminado Pvc Adesivado; Em Papel Siliconizado; Medindo (45cm); Frontal (0,080mm); Liner (0,080mm); Na Cor Lisa, Azul Escuro;</i>	30	Rolo 10 Metro	R\$ 41,4700	R\$ 1.244,10
28	5303230	276891	<i>Recipiente para Lixo; Em Polipropileno; No Formato Cilindrico; Com Capacidade para 12 Litros; Sem Tampa; cor Preta.</i>	30	Unidade	R\$ 14,7000	R\$ 441,00
29	42439	419492	<i>Clipe de Papelaria; de Aco; Formato Paralelo; Niquelado; Nr. 8/0.</i>	300	CAIXA 100 UNIDADES	R\$ 4,7600	R\$ 1.428,00
30	5153786	219920	<i>Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno; Medindo (15x30)cm (l x A); Espessura minima de 150 Micras em Cada Parede; Transparente; Sem Lacre; Isento de Furos, Ranhuras, Rebarbas e Particulas Pretas; Sem Rotulagem.</i>	5	QUILOG RAMA	R\$ 21,9200	R\$ 109,60
31	1419129	315722	<i>Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno; Medindo (18x25)cm; Com Espessura minima de 150 Micras (em Cada Parede); Transparente; Sem Lacre; Isento de Furos, Rebarbas e Particulas Pretas; Com Identificacao Na Embalagem de Acondicionamento</i>	5	QUILOG RAMA	R\$ 23,4800	R\$ 117,40
32	6406017	219921	<i>Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno, Nao Reciclado; Medindo (20 x 30)cm (l x A); Espessura de 200 micras Em Cada Parede; Transparente, Sem Lacre, Isento de Furos, Ranhuras, Rebarbas e Particulas Pretas; Com Selagem Reforcada No Fundo; Deve Ser Rigorosamente Sem Impurezas (isento de Insetos, Fuligem e Pontos de Carbonizacao)</i>	5	QUILOG RAMA	R\$ 19,5000	R\$ 97,50
33	6405940	626876	<i>Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno, Nao Reciclado; Medindo (35x45)cm - (lxa); Espessura de 200 micras Em Cada Parede; Transparente, Sem Lacre, Isento de Furos, Ranhuras, rebarbas e Particulas Pretas; Com Selagem Reforcada No Fundo; Deve Ser Rigorosamente Sem Impurezas (isento de Insetos, Fuligem, Pontos de Carbonizacao, Etc).</i>	5	QUILOG RAMA	R\$ 23,0000	R\$ 115,00

34	1400657	281970	Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno; Medindo (40x60)cm; Com Espessura de 200 micras Em Cada Parede; Transparente; Sem Lacre; Isento de Ranhuras, Rebarbas e Particulas Pretas; Com Identificacao Na Embalagem de Acondicionamento.	5	QUILOG RAMA	R\$ 18,9800	R\$ 94,90
35	5478251	245084	Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno; Medindo (70 x 90)cm; Espessura de 200 micras Em Cada Parede; Transparente, Sem Lacre; Isento de Furos, Rebarbas e Particulas Pretas; Com Identificacao Na Embalagem de Acondicionamento	5	QUILOG RAMA	R\$ 22,7300	R\$ 113,65
36	2447088	245084	Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno; Medindo (80x100)cm; Com Espessura Minima de 200 Micras Em Cada Parede; Transparente; Sem Lacre; Isento de Furos, Rebarbas e Particulas Pretas; Com Identificacao Na Embalagem de Acondicionamento	5	QUILOG RAMA	R\$ 24,0400	R\$ 120,20
37	6104894	485191	Tubo Espiral; para Organizador de Cabos e Fios de Computadores, Camaras de Circuito Fechado; Confeccionad Em Pead-polietileno de Alta Densidade -monomero de Alta Constante Dieletrica e Flexivel; Temperatura de Aplicacao: Entre - 40°C a 80°C; Diametro de Amarracao: 1 Polegada; Na Cor Preta; Fornecido Em Caixa;	100	Metro	R\$ 25,5000	R\$ 2.550,00
38	4052030	630613	Recipiente para Lixo; Em Aco Inoxidavel e Plastico; No Formato Cilindrico; Com Capacidade para 12 Litros; Medindo (25,5 Diametro x 40 Alt)cm; Com Tampa Movei; Em Aco Inox; Articulada; Com Pedal de Firme Encaixe e Embutido Na Base Frontal; Com Balde Interno de Plastico Dotado de Alca Metalica; Cor Natural Inox, balde Na Cor Preta;	40	Unidade	R\$ 147,7000	R\$ 5.908,00

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O fornecimento do objeto será **com entrega imediata**

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias, contados do(a) emissão da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo

necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. *Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:*

2.1.2.1. *O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;*

2.1.2.2. *O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.1.3. *Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.*

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. A forma de fornecimento, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.*

4.1.1. *cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.*

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. *O valor total da contratação é de R\$84.409,85 (Oitenta e quatro mil, quatrocentos e nove reais e oitenta e cinco centavos).*

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.*

5.4. *Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.*

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrealizáveis

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de **10 (dez dias)** para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;
- 8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **10 (dez dias)**, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.1.10. **Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;**
- 8.1.11. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 9.1.1. **Quando for o caso de objetos eletro/eletrônico entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;**

- 9.1.2. Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o Contratante;
- 9.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 9.1.4. Comunicar ao Contratante, assim que possível e com a devida antecedência em relação à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso ocorrida tal circunstância;
- 9.1.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;
- 9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do artigo 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- 9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.1.14. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.17. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.1.18. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.*

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iv. **Multa:**

Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais as sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

- 12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração

de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 00001/180283

II. Fonte de Recursos: 150010001

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa: 339030

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

13.2. *Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

15.4. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em **01 (uma) via**, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. OU [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE JACAREI

Estudo Técnico Preliminar 3/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 58.00012538/2026-11

2. Descrição da necessidade

A aquisição de material de escritório é necessária para o abastecimento do almoxarifado da Delegacia Seccional de Polícia de Jacaré (UGE180283) para atender as necessidades das Delegacias Seccional de Polícia e Unidades subordinadas para a execução da atividade fim de polícia judiciária. A atividade administrativa e policial interna visa dar continuidade em procedimento interno das atividades de polícia judiciária executadas pelos policiais em trabalho externo.

A presente aquisição de material de consumo tem a finalidade de adquirir material de escritório, entre outros materiais necessários para a manutenção da atividade administrativa, como segue na relação abaixo:

ITEM	Código BEC /SIAFÍSICO	Código Compras	DESCRIÇÃO	Quant.	Unid. De Fornecimento
1	4822587	329322	Borracha de Papelaria; Feita de Vinil, Atoxica, Livre de Ftalatos e Latex, Resistente Ao Tempo; Apagar Suave e Uniforme de Grafite; Nao Mancha o Papel, Equipada Com Luva /manga; Retangular; Medindo Aproximadamente 45 x 25 x 15 Mm; Na Cor Branca; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e Suas Atualizacoes Posteriores; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236.	50	Unidade
2	1269488	468082	Caixa para Arquivo; Em Polipropileno	2000	Unidade

			Corrugado; (360x250x135)mm (cxaxl); Na Cor Preta		
3	4619889	615588	Caneta Esferografica; Corpo Em Resina Termoplastica; Formato do Corpo Sextavado; Modelo Descartavel; Corpo Externo Translucido Com Respiro; Ponta de Latao, Com Conexao Da Ponta Em Polipropileno (pp) Na Cor Da Tinta; Com Esfera de Tungstenio; Espessura de 0,8 Mm (fina); Rendimento Minimo de Escrita De: 1800 Metros; Na Cor de Tinta Azul; a Base de Corantes Organicos e Solventes, Em Reservatorio Opaco Sem Visao Da Tinta; Com Tampa Protetora Removivel Ventillada E; Tampa do Topo Fixa, Embutida, Ambos Na Cor Da Tinta; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores.	1000	Unidade
			Caneta Marca Texto; Corpo Em Polipropileno Opaco; Ponta 3 a 5mm; Na Cor Amarela; Deve Estar de Acordo C/a Norma Vigente		

4	1038281	405646	Obrigatoria Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236 e Atualizacoes.	500	Unidade
5	6391303	632558	Capacho; Material Superior Em Fibra de Vinil Entrelacada, Vulcanizado; Material Inferior Emborrachado; Medindo (l x c) (0,90 x 0,60)m; Espessura 10mm; Na Cor Preta; Liso; Com Borda; Na Cor Preta; Formato Retangular; Com Logo; Antiderrapante; Com Garantia Minima de 90 Dias a Partir Da Entrega;	20	Unidade
6	3956601	386956	Cola de Papelaria; Liquida; para Uso Escolar, Isopor, Tecido e Papel; Composicao Basica Acetato de Polivinila-pva; Lavavel, Nao Toxica; Secagem Normal; Acondicionada Em Frasco; Branca; Em Embalagem Plastica, Contendo Selo do Inmetro, Combico Economico; Com Validade Minima de 1 Ano a Partir Da Data de Entrega; Com Certificacao	100	Unidade

			Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr15236 - Frasco de 110 gramas, Bico Aplicador.		
7	5898129	335414	Cola de Papelaria; Bastao; para Multiuso; 3-iodo-2-propinil Butilcarbamato, Glicerina, Hidroxido de Sodio, 2-aminoisobutano; Agua,sacarose, Copolimero Acrilico, Polimero de N-vinilpirrolidinona, Estearato de Sodio; Acondicionada Em Tubo; Branca; Com Validade Minima de 12 Meses;	100	Unidade
8	140503	303747	Fita Adesiva de Papelaria; Polipropileno; Medindo aproximadamente (48mmx50m); Incolor.	500	Rolo 30 Metros
9	6239579	485627	Grampeador; de Mesa; Estrutura Metalica Pintada; Base Em Plastico Reforcado; Medindo 13cm Comprimento; Na Cor Branco; Grampo 24/6 e 26 /6; Com Capacidade Minima para Grampear 25 Folhas; Compartimento para Estocar Grampo;	50	CAIXA C/ 01 UNIDADE
10	42048	203144	Grampo para Grampeador; Galvanizado; Medindo 26/6.	100	CAIXA 5.000 UNID.

11	42056	243205	Grampo para Grampeador; Galvanizado; Medindo 24/6.	100	CAIXA 5.000 UNID.
12	2164515	311193	Extrator de Grampos; Em Aco Inox; Tipo Espatula.	100	Unidade
13	5035813	272346	Lapis; Corpo Em Grafite Integral; Na Cor Preto Com Verniz Protetor; No Formato Redondo; Materia Da Carga Grafite; Numero 2b; Medindo No Minimo 170mm; Nome do Fabricante No Corpo do Produto; Com Identificacao do Fornecedor Na Embalagem; Acessorio Adicional: Apontado; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e Suas Atualizacoes Posteriores.	200	Unidade
14	1229168	469001	Livro Ata de Papelaria; Medindo (220x320)mm Vertical; Capa Pesando 1250g/m2; Revestida Com Papel Kraft, Pesando 80g/m2; Na Cor Preta; Com 100fls(numeradas); Papel Off-set, Pesando 56g/m2.	200	Unidade
15	1229150	396405	Livro Ata de Papelaria; Medindo (220x320)mm Vertical; Capa Pesando 1250g/m2; Revestida Com Papel Kraft, Pesando 80g/m2;	50	Unidade

			Na Cor Preta; Com 50fls(numeradas); Papel Off-set, Pesando 56g/m2.		
16	5921058	443397	Luva para Procedimento; Em Confeccionada Em Borracha Natural Látex; Com Textura Uniforme,sem Falhas e Ambidestra, Lisa; Lubrificada Com Po; No Tamanho Medio; Com Punho Acabado de Bainha do Mesmo Material Da Luva; Nao Esteril; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade do Produto; o Produto Devera Ser Entregue Acompanhado do Ca,e de Acordo Com Abnt Nbr 5426, Abnt Nbr Iso 13485, Resolucao Anvisa Rdc Nº 28/2011, Validade e Lote.	50	CAIXA 100 UNIDADES
17	2903881	461828	Papel Sulfite de Papelaria; Gramatura 75g/m2; Formato A4; Medindo (210x297) mm; Alvura Minima de 90%, Conforme Norma Iso; Opacidade Minima de 87%; Umidade Entre 3,5% (+/-1,0), Conforme Norma Tappi; Corte Rotativo, Ph Alcalino Cor Branco; Embalagem Revestida Em Bopp; Produto Com Certificacao Ambiental Fsc Ou	2000	PACOTE 500 FOLHAS

			Cerflor/pefc, Com Selo e Codigo de Licenca Impressos Na Embalagem		
18	46779	202041	Pincel Atomico; Na Cor Preta; Com Ponta de Feltro Redonda ou Chanfrada; do Tipo Descartavel.	50	Unidade
19	4304454	409980	Pincel P/ Quadro Branco Ou Vidro; Na Cor Preta; Com Ponta Macia para Nao Danificar o Quadro; do Tipo Recarregavel.	50	Unidade
20	5149738	203586	Recado Auto Adesivo; Em Papel Off-set, Adesivo Acrilico e Reposicionavel; Medindo (76x76) mm, Apresentado Em Bloco, Sanfonado; Na Cor Azul Claro.	200	Bloco 100 Folhas
21	3957926	394469	Regua de Uso Escolar/escritorio; Reta; de Acrilico; Medindo 30 Cm; Espessura de 3mm; Com Escala Em Milimetro Em Baixo Relevo e Borda Chanfrada; Na Cor Cristal Transparente; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com As Normas Nbr115236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro e Suas Atualizacoes Posteriores.	100	Unidade
			Tesoura Escolar; de Aco Inoxidavel; Medindo 20cm; Cabo Plastico; Azul; para Destro, 3		

22	1332155	327960	Dedos; Com Rebite; Lamina Em Aco Inoxidavel; Garantia Contra Defeito de Fabricacao Por Tempo Indeterminado; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores.	100	Unidade
23	3387259	307745	Tinta para Carimbo; Na Cor Preta; a Base de Agua; para Carimbo Auto Entintador; Comminima Garantia de 12 Meses;	20	Frasco 40 ML
24	5156246	356670	Pasta Em L; de Polipropileno (pp), Com Espessura Minima de 0,15 Micras; Tamanho A4 medindo aproximadamente (230 x 330)mm; Na Cor Cristal;	100	Unidade
25	6379672	401936	Coletor de Residuo de Tabaco; Aco Inox Aisi 430 (chapa 0,4mm); Metal Polido; Modelo para Piso; Bocal Circular; Contendo 05 Furos; Haste Cilindrica; Base Com 4 Furos para Fixacao No Piso, Tampa Circular para Cobertura; 21cm; Tampa Na Base, Nao Entra Agua, , Balde de Aluminio Interno para Higienizacao; Com Haste 92cm Altura;	5	Unidade

			Capacidade 2.500 Pontas de Cigarro (10ls); Sistema de Abertura e Fechamento Com Imas Internos;		
26	6381260	466616	Pasta Suspensa; de Kraft; Com 170 G /m2; Na Cor Parda; No Tamanho Oficio (240 x 360)mm; Haste de Metal; Ponteiras Poliestireno (ps); Sem Prendedor Interno; Modelo Normal; Visor Em Pvc Cristal e Etiqueta Branca;	100	Unidade
27	1303414	636529	Laminado Pvc Adesivado; Em Papel Siliconizado; Medindo (45cm); Frontal (0,080mm); Liner (0,080mm); Na Cor Lisa, Azul Escuro;	30	Rolo 10 Metro
28	5303230	276891	Recipiente para Lixo; Em Polipropileno; No Formato Cilindrico; Com Capacidade para 12 Litros; Sem Tampa; cor Preta.	30	Unidade
29	42439	419492	Clipe de Papelaria; de Aco; Formato Paralelo; Niquelado; Nr. 8/0.	300	CAIXA 100 UNIDADES
30	5153786	219920	Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno; Medindo (15x30)cm (l x A); Espessura mínima de 150 Micras em Cada Parede; Transparente; Sem Lacre; Isento de Furos, Ranhuras, Rebarbas e Particulas Pretas; Sem Rotulagem.	5	QUILOGRAMA
			Saco Plastico para		

31	1419129	315722	Embalagem; de Polietileno; Medindo (18x25)cm; Com Espessura mínima de 150 Micras (em Cada Parede); Transparente; Sem Lacre; Isento de Furos, Rebarbas e Particulas Pretas; Com Identificacao Na Embalagem de Acondicionamento	5	QUILOGRAMA
32	6406017	219921	Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno, Nao Reciclado; Medindo (20 x 30)cm (l x A); Espessura de 200 micras Em Cada Parede; Transparente, Sem Lacre, Isento de Furos, Ranhuras, Rebarbas e Particulas Pretas; Com Selagem Reforcada No Fundo; Deve Ser Rigorosamente Sem Impurezas (isento de Insetos, Fuligem e Pontos de Carbonizacao)	5	QUILOGRAMA
33	6405940	626876	Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno, Nao Reciclado; Medindo (35x45)cm - (lxa); Espessura de 200 micras Em Cada Parede; Transparente, Sem Lacre, Isento de Furos, Ranhuras, rebarbas e Particulas Pretas; Com Selagem Reforcada No Fundo; Deve Ser Rigorosamente Sem Impurezas (isento	5	QUILOGRAMA

			de Insetos, Fuligem, Pontos de Carbonizacao, Etc).		
34	1400657	281970	Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno; Medindo (40x60)cm; Com Espessura de 200 micras Em Cada Parede; Transparente; Sem Lacre; Isento de Ranhuras, Rebarbas e Particulas Pretas; Com Identificacao Na Embalagem de Acondicionamento.	5	QUILOGRAMA
35	5478251	245084	Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno; Medindo (70 x 90) cm; Espessura de 200 micras Em Cada Parede; Transparente, Sem Lacre; Isento de Furos, Rebarbas e Particulas Pretas; Com Identificacao Na Embalagem de Acondicionamento	5	QUILOGRAMA
36	2447088	245084	Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno; Medindo (80x100)cm; Com Espessura Minima de 200 Micras Em Cada Parede; Transparente; Sem Lacre; Isento de Furos, Rebarbas e Particulas Pretas; Com Identificacao Na Embalagem de Acondicionamento	5	QUILOGRAMA
			Fragmentadora; Modelo para Escritorio; Em Plastico Resistente Tipo Abs; Bases Com No Minimo 4 Rodizios para Locomocao; Abertura Insercao de Folhas Medindo No Minimo		

37	6120636	273720	<p>220mm; Sem Abertura Independente para Cd /dvd, Cartao de Credito; Com Capacidade para Fragmentar No Minimo 25 Folhas A4(75g/m2), Podendo Ter Clip Pequeno/grampo(26/6); Corte Nivel de Seguranca Papel-p4, de Acordo C /norma Din-66399/12, Particulas 160mm2 (4x40mm); Corte Cd/dvd Nivel O3, de Acordo Com Norma Din-66399/12, Tiras Conforme a Mesma Abertura Papel; Corte Cartao/disquete Nivel T3, de Acordo C/norma Din-66399/12,tiras Conforme Mesma Abertura Papel; Acionamento Por Tecla de Liga/desliga/reverso; Funcionamento Continuo de No Minimo 60 Minutos Podendo Conter Parada de Ate 30 Minutos; Nivel de Ruido Maximo 58 Db /a Conforme Norma Nrb 10152/1987; Todas As Navalhas de Corte e Cilindros Em Aco; Todos Os Pentes/raspadores Metalicos; Com Bloqueio de Acesso As Laminas; Engrenagens Mistas; Lixeira Com Capacidade Minima para 28 Litros; Contendo Sensor Automatico de Ausencia Ou de Cesto Cheio e Superaquecimernto; Cabos Com Minimo 75 Cm, e Plug Trifasico, Todos de Acordo Com Nbr-14136/12 Vigente; Voltagem 110 V ou Bivolt; Com Aterramento Conforme Norma Nbr-14.136/2012-vigente; Acompanha Manual Em Portugues; Com Prazo Minimo de Garantia de 12 Meses a Partir Da Data de Entega do Produto; Assistencia Tecnica do Sistema Balcao.</p>	15	Unidade
			<p>Tubo Espiral; para Organizador de Cabos e Fios de Computadores, Camaras de Circuito Fechado;</p>		

38	6104894	485191	Confeccionad Em Pead-polietileno de Alta Densidade - monomero de Alta Constante Dieletrica e Flexivel; Temperatura de Aplicacao: Entre - 40°C a 80°C; Diametro de Amarracao: 1 Polegada; Na Cor Preta; Fornecido Em Caixa;	100	Metro
39	4052030	630613	Recipiente para Lixo; Em Aco Inoxidavel e Plastico; No Formato Cilindrico; Com Capacidade para 12 Litros; Medindo (25,5 Diametro x 40 Alt) cm; Com Tampa Movel; Em Aco Inox; Articulada; Com Pedal de Firme Encaixe e Embutido Na Base Frontal; Com Balde Interno de Plastico Dotado de Alca Metalica; Cor Natural Inox, balde Na Cor Preta;	40	Unidade

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE JACAREÍ	ROBSON DE OLIVEIRA SANTOS

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Por se tratar de itens de uso contínuo e sem previsão de demanda a aquisição de compra se dará por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, de acordo com a Lei 14.133/2021, art. 17, 2º e 28, I. Os requisitos fundamentais para a aquisição devem seguir os parâmetros de eficiência e eficácia na entrega dos produtos que será em parcela única e sem dedicação exclusiva. A morosidade na aquisição do material ou sua descontinuidade comprometerá a atividade administrativa que, por sua vez, pode acarretar no prejuízo ou interrupção da atividade fim da polícia judiciária.

Caberá à empresa contratada atender às especificações dos materiais estritamente como descritas no edital de licitação e no Termo de Referência (TR) do presente processo. A contratada deverá ainda obedecer ao prazo de 20 dias para entrega do material também constante do edital de licitação e (TR).

Por se tratar de fornecimento de material de forma imediata a contratação de dará por meio de nota de empenho (Lei 14.133/2021, art. 95, II).

5. Levantamento de Mercado

A pesquisa de preços foi realizada na plataforma COMPRAS.GOV.BR considerando os menores preços e ao mesmo tempo valores que estejam de acordo com o mercado atual e que garantam a qualidade do materiais com o objetivo de garantir os princípios da moralidade, razoabilidade e eficácia da administração pública.

6. Descrição da solução como um todo

A solução de contratação apresentada neste estudo pretende evitar a descontinuidade dos serviços administrativos. Desta forma, o quantitativo de materiais a serem adquiridos foram levantados de acordo com a média mensal do exercício anterior para garantir a demanda e ao mesmo tempo manter em estoque quantidade necessária de insumos para atender eventuais imprevistos no aumento do consumo. Sendo assim, optou-se pela modalidade de licitação do Pregão Eletrônico objetivando a celeridade no procedimento e ao mesmo tempo ofertando a ampla concorrência e publicidade dos atos administrativos.

Para atender o pronto atendimento da administração, a entrega do material adquirido deverá atender às especificações no edital de licitação e Termo de Referência que preveem até o **prazo máximo de 20 dias** a partir da emissão da Nota de Empenho que de se dará imediatamente após a homologação dos respectivos vencedores da licitação.

O material será verificado no ato da entrega para fiscalização quanto às condições materiais de conservação e acondicionamento, bem como ao atendimento das especificações do produto e das quantidades adquiridas. Em caso de não atendimento a estas condições haverá devolução imediata do material para o fornecedor que terá até 5 dias úteis para resolução do problema encontrado.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades dos materiais a serem adquiridos foram estimadas a partir da média mensal de consumo do ano de 2024 e 2025 tendo em vista que não é possível uma previsão exata do consumo, o qual pode variar de acordo com a demanda da administração.

Os materiais pretendidos neste processo e suas quantidades seguem listados na tabela abaixo:

ITEM	Código BEC /SIAFÍSICO	Código Compras	DESCRIÇÃO	Quant.	Unid. De Fornecimento
1	4822587	329322	Borracha de Papelaria; Feita de Vinil, Atoxica, Livre de Ftalatos e Latex, Resistente Ao Tempo; Apagar Suave e Uniforme de Grafite; Nao Mancha o Papel, Equipada Com Luva /manga; Retangular; Medindo Aproximadamente 45 x 25 x 15 Mm; Na Cor Branca; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e Suas Atualizacoes	50	Unidade

			Posteriores; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236.		
2	1269488	468082	Caixa para Arquivo; Em Polipropileno Corrugado; (360x250x135)mm (cxaxl); Na Cor Preta	2000	Unidade
3	4619889	615588	Caneta Esferográfica; Corpo Em Resina Termoplástica; Formato do Corpo Sextavado; Modelo Descartável; Corpo Externo Translucido Com Respiro; Ponta de Latao, Com Conexão Da Ponta Em Polipropileno (pp) Na Cor Da Tinta; Com Esfera de Tungstênio; Espessura de 0,8 Mm (fina); Rendimento Mínimo de Escrita De: 1800 Metros; Na Cor de Tinta Azul; a Base de Corantes Orgânicos e Solventes, Em Reservatório Opaco Sem Visão Da Tinta; Com Tampa Protetora Removível Ventilada E; Tampa do Topo Fixa, Embutida, Ambos Na Cor Da Tinta; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificação Compulsória Inmetro, e As Suas Atualizações Posteriores.	1000	Unidade
4	1038281	405646	Caneta Marca Texto; Corpo Em Polipropileno Opaco; Ponta 3 a 5mm; Na Cor Amarela; Deve Estar de Acordo C/a Norma Vigente Obrigatória Com Certificação Compulsória Inmetro, e	500	Unidade

			As Suas Atualizacoes Posteriores; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236 e Atualizacoes.		
5	6391303	632558	Capacho; Material Superior Em Fibra de Vinil Entrelacada, Vulcanizado; Material Inferior Emborrachado; Medindo (l x c) (0,90 x 0,60)m; Espessura 10mm; Na Cor Preta; Liso; Com Borda; Na Cor Preta; Formato Retangular; Com Logo; Antiderrapante; Com Garantia Minima de 90 Dias a Partir Da Entrega;	20	Unidade
6	3956601	386956	Cola de Papelaria; Liquida; para Uso Escolar, Isopor, Tecido e Papel; Composicao Basica Acetato de Polivinila-pva; Lavavel, Nao Toxica; Secagem Normal; Acondicionada Em Frasco; Branca; Em Embalagem Plastica, Contendo Selo do Inmetro, Combico Economico; Com Validade Minima de Com Validade Minima de 1 Ano a Partir Da Data de Entrega; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr15236 - Frasco de 110 gramas, Bico Aplicador.	100	Unidade
			Cola de Papelaria; Bastao; para Multiuso; 3-iodo-2-propinil Butilcarbamato, Glicerina, Hidroxido de Sodio, 2-		

7	5898129	335414	aminoisobutano; Agua, sacarose, Copolimero Acrilico, Polimero de N-vinilpirrolidinona, Estearato de Sodio; Acondicionada Em Tubo; Branca; Com Validade Minima de 12 Meses;	100	Unidade
8	140503	303747	Fita Adesiva de Papelaria; Polipropileno; Medindo aproximadamente (48mmx50m); Incolor.	500	Rolo 30 Metros
9	6239579	485627	Grampeador; de Mesa; Estrutura Metalica Pintada; Base Em Plastico Reforcado; Medindo 13cm Comprimento; Na Cor Branco; Grampo 24/6 e 26/6; Com Capacidade Minima para Grampear 25 Folhas; Compartimento para Estocar Grampo;	50	CAIXA C/ 01 UNIDADE
10	42048	203144	Grampo para Grampeador; Galvanizado; Medindo 26/6.	100	CAIXA 5.000 UNID.
11	42056	243205	Grampo para Grampeador; Galvanizado; Medindo 24/6.	100	CAIXA 5.000 UNID.
12	2164515	311193	Extrator de Grampos; Em Aco Inox; Tipo Espatula.	100	Unidade
13	5035813	272346	Lapis; Corpo Em Grafite Integral; Na Cor Preto Com Verniz Protetor; No Formato Redondo; Materia Da Carga Grafite; Numero 2b; Medindo No Minimo 170mm; Nome do Fabricante No Corpo do Produto; Com Identificacao do Fornecedor Na Embalagem; Acessorio Adicional: Apontado; e Suas Condicoes	200	Unidade

			Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e Suas Atualizacoes Posteriores.		
14	1229168	469001	Livro Ata de Papelaria; Medindo (220x320)mm Vertical; Capa Pesando 1250g/m2; Revestida Com Papel Kraft, Pesando 80g/m2; Na Cor Preta; Com 100fls (numeradas); Papel Off-set, Pesando 56g/m2.	200	Unidade
15	1229150	396405	Livro Ata de Papelaria; Medindo (220x320)mm Vertical; Capa Pesando 1250g/m2; Revestida Com Papel Kraft, Pesando 80g/m2; Na Cor Preta; Com 50fls (numeradas); Papel Off-set, Pesando 56g/m2.	50	Unidade
16	5921058	443397	Luva para Procedimento; Em Confeccionada Em Borracha Natural Látex; Com Textura Uniforme, sem Falhas e Ambidestra, Lisa; Lubrificada Com Po; No Tamanho Medio; Com Punho Acabado de Bainha do Mesmo Material Da Luva; Nao Esteril; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade do Produto; o Produto Devera Ser Entregue Acompanhado do Ca,e de Acordo Com Abnt Nbr 5426, Abnt Nbr Iso 13485, Resolucao Anvisa Rdc Nº 28/2011, Validade e Lote.	50	CAIXA 100 UNIDADES
			Papel Sulfite de Papelaria; Gramatura 75g/m2; Formato A4; Medindo (210x297)mm;		

17	2903881	461828	Alvura Minima de 90%, Conforme Norma Iso; Opacidade Minima de 87%; Umidade Entre 3,5% (+/-1,0), Conforme Norma Tappi; Corte Rotativo, Ph Alcalino Cor Branco; Embalagem Revestida Em Bopp; Produto Com Certificacao Ambiental Fsc Ou Cerflor/pefc, Com Selo e Codigo de Licenca Impressos Na Embalagem	2000	PACOTE 500 FOLHAS
18	46779	202041	Pincel Atomico; Na Cor Preta; Com Ponta de Feltro Redonda ou Chanfrada; do Tipo Descartavel.	50	Unidade
19	4304454	409980	Pincel P/ Quadro Branco Ou Vidro; Na Cor Preta; Com Ponta Macia para Nao Danificar o Quadro; do Tipo Recarregavel.	50	Unidade
20	5149738	203586	Recado Auto Adesivo; Em Papel Off-set, Adesivo Acrilico e Reposicionavel; Medindo (76x76)mm, Apresentado Em Bloco, Sanfonado; Na Cor Azul Claro.	200	Bloco 100 Folhas
21	3957926	394469	Regua de Uso Escolar /escritorio; Reta; de Acrilico; Medindo 30 Cm; Espessura de 3mm; Com Escala Em Milimetro Em Baixo Relevo e Borda Chanfrada; Na Cor Cristal Transparente; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com As Normas Nbr115236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro e Suas Atualizacoes Posteriores.	100	Unidade
			Tesoura Escolar; de		

22	1332155	327960	Aco Inoxidavel; Medindo 20cm; Cabo Plastico; Azul; para Destro, 3 Dedos; Com Rebite; Lamina Em Aco Inoxidavel; Garantia Contra Defeito de Fabricacao Por Tempo Indeterminado; e Suas Condições Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores.	100	Unidade
23	3387259	307745	Tinta para Carimbo; Na Cor Preta; a Base de Agua; para Carimbo Auto Entintador; Comminima Garantia de 12 Meses;	20	Frasco 40 ML
24	5156246	356670	Pasta Em L; de Polipropileno (pp), Com Espessura Minima de 0,15 Micras; Tamanho A4 medindo aproximadamente (230 x 330)mm; Na Cor Cristal;	100	Unidade
25	6379672	401936	Coletor de Residuo de Tabaco; Aco Inox Aisi 430 (chapa 0,4mm); Metal Polido; Modelo para Piso; Bocal Circular; Contendo 05 Furos; Haste Cilindrica; Base Com 4 Furos para Fixacao No Piso, Tampa Circular para Cobertura; 21cm; Tampa Na Base, Nao Entra Agua, , Balde de Aluminio Interno para Higienizacao; Com Haste 92cm Altura; Capacidade 2.500 Pontas de Cigarro (10ls); Sistema de Abertura e Fechamento Com Imas Internos;	5	Unidade
			Pasta Suspensa; de		

26	6381260	466616	Kraft; Com 170 G/m2; Na Cor Parda; No Tamanho Oficio (240 x 360)mm; Haste de Metal; Ponteiros Poliestireno (ps); Sem Prendedor Interno; Modelo Normal; Visor Em Pvc Cristal e Etiqueta Branca;	100	Unidade
27	1303414	636529	Laminado Pvc Adesivado; Em Papel Siliconizado; Medindo (45cm); Frontal (0,080 mm); Liner (0,080mm); Na Cor Lisa, Azul Escuro;	30	Rolo 10 Metro
28	5303230	276891	Recipiente para Lixo; Em Polipropileno; No Formato Cilindrico; Com Capacidade para 12 Litros; Sem Tampa; cor Preta.	30	Unidade
29	42439	419492	Clipe de Papelaria; de Aco; Formato Paralelo; Niquelado; Nr. 8/0.	300	CAIXA 100 UNIDADES
30	5153786	219920	Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno; Medindo (15x30)cm (l x A); Espessura mínima de 150 Micras em Cada Parede; Transparente; Sem Lacre; Isento de Furos, Ranhuras, Rebarbas e Particulas Pretas; Sem Rotulagem.	5	QUILOGRAMA
31	1419129	315722	Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno; Medindo (18x25)cm; Com Espessura mínima de 150 Micras (em Cada Parede); Transparente; Sem Lacre; Isento de Furos, Rebarbas e Particulas Pretas; Com Identificacao Na Embalagem de Acondicionamento	5	QUILOGRAMA
			Saco Plastico para Embalagem; de		

32	6406017	219921	Polietileno, Nao Reciclado; Medindo (20 x 30)cm (l x A); Espessura de 200 micras Em Cada Parede; Transparente, Sem Lacre, Isento de Furos, Ranhuras, Rebarbas e Particulas Pretas; Com Selagem Reforcada No Fundo; Deve Ser Rigorosamente Sem Impurezas (isento de Insetos, Fuligem e Pontos de Carbonizacao)	5	QUILOGRAMA
33	6405940	626876	Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno, Nao Reciclado; Medindo (35x45)cm - (lxa); Espessura de 200 micras Em Cada Parede; Transparente, Sem Lacre, Isento de Furos, Ranhuras, rebarbas e Particulas Pretas; Com Selagem Reforcada No Fundo; Deve Ser Rigorosamente Sem Impurezas (isento de Insetos, Fuligem, Pontos de Carbonizacao, Etc).	5	QUILOGRAMA
34	1400657	281970	Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno; Medindo (40x60)cm; Com Espessura de 200 micras Em Cada Parede; Transparente; Sem Lacre; Isento de Ranhuras, Rebarbas e Particulas Pretas; Com Identificacao Na Embalagem de Acondicionamento.	5	QUILOGRAMA
			Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno; Medindo (70		

35	5478251	245084	x 90)cm; Espessura de 200 micras Em Cada Parede; Transparente, Sem Lacre; Isento de Furos, Rebarbas e Particulas Pretas; Com Identificacao Na Embalagem de Acondicionamento	5	QUILOGRAMA
36	2447088	245084	Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno; Medindo (80x100)cm; Com Espessura Minima de 200 Micras Em Cada Parede; Transparente; Sem Lacre; Isento de Furos, Rebarbas e Particulas Pretas; Com Identificacao Na Embalagem de Acondicionamento	5	QUILOGRAMA
37	6120636	273720	Fragmentadora; Modelo para Escritorio; Em Plastico Resistente Tipo Abs; Bases Com No Minimo 4 Rodizios para Locomocao; Abertura Insercao de Folhas Medindo No Minimo 220mm; Sem Abertura Independente para Cd/dvd, Cartao de Credito; Com Capacidade para Fragmentar No Minimo 25 Folhas A4(75g/m2), Podendo Ter Clip Pequeno/grampo(26 /6); Corte Nivel de Seguranca Papel-p4, de Acordo C/norma Din-66399/12, Particulas 160mm2 (4x40mm); Corte Cd /dvd Nivel O3, de Acordo Com Norma Din-66399/12, Tiras Conforme a Mesma Abertura Papel; Corte Cartao/disquete Nivel T3,de Acordo C/norma Din-66399/12,tiras Conforme Mesma Abertura Papel; Acionamento Por Tecla de Liga/desliga/reverso; Funcionamento Continuo de No Minimo 60 Minutos Podendo Conter Parada de Ate 30 Minutos; Nivel de Ruido Maximo 58 Db/a Conforme Norma Nrb 10152 /1987; Todas As Navalhas de Corte e Cilindros Em Aco; Todos Os Pentes/raspadores Metalicos; Com Bloqueio de Acesso As Laminas;	15	Unidade

			Engrenagens Mistas; Lixeira Com Capacidade Minima para 28 Litros; Contendo Sensor Automatico de Ausencia Ou de Cesto Cheio e Superaquecimento; Cabos Com Minimo 75 Cm, e Plug Trifasico, Todos de Acordo Com Nbr-14136/12 Vigente; Voltagem 110 V ou Bivolt; Com Aterramento Conforme Norma Nbr-14.136/2012-vigente; Acompanha Manual Em Portugues; Com Prazo Minimo de Garantia de 12 Meses a Partir Da Data de Entrega do Produto; Assistencia Tecnica do Sistema Balcao.		
38	6104894	485191	Tubo Espiral; para Organizador de Cabos e Fios de Computadores, Camaras de Circuito Fechado; Confeccionad Em Pead-polietileno de Alta Densidade - monomero de Alta Constante Dieletrica e Flexivel; Temperatura de Aplicacao: Entre - 40°C a 80°C; Diametro de Amarracao: 1 Polegada; Na Cor Preta; Fornecido Em Caixa;	100	Metro
39	4052030	630613	Recipiente para Lixo; Em Aco Inoxidavel e Plastico; No Formato Cilindrico; Com Capacidade para 12 Litros; Medindo (25,5 Diametro x 40 Alt)cm; Com Tampa Movel; Em Aco Inox; Articulada; Com Pedal de Firme Encaixe e Embutido Na Base Frontal; Com Balde Interno de Plastico Dotado de Alca Metalica; Cor Natural Inox, balde Na Cor Preta;	40	Unidade

As especificações que descrevem cada item detalhadamente se encontram no Edital de Licitação e no Termo de Referência deste processo.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 109.909,85

DESCRIÇÃO	Quant.	Unid. De Fornecimento	Preço Compras	TOTAL
Borracha de Papelaria; Feita de Vinil, Atoxica, Livre de Ftalatos e Latex, Resistente Ao Tempo; Apagar Suave e Uniforme de Grafite; Nao Mancha o Papel, Equipada Com Luva/manga; Retangular; Medindo Aproximadamente 45 x 25 x 15 Mm; Na Cor Branca; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e Suas Atualizacoes Posteriores; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236.	50	Unidade	R\$ 0,5200	R\$ 26,00
Caixa para Arquivo; Em Polipropileno Corrugado; (360x250x135)mm (cxaxl); Na Cor Preta	2000	Unidade	R\$ 6,2200	R\$ 12.440,00
Caneta Esferografica; Corpo Em Resina Termoplastica; Formato do Corpo Sextavado; Modelo Descartavel; Corpo Externo Translucido Com Respiro; Ponta de Latao, Com Conexao Da Ponta Em Polipropileno (pp) Na Cor Da Tinta; Com Esfera de Tungstenio; Espessura de 0,8 Mm (fina); Rendimento Minimo de Escrita De: 1800 Metros; Na Cor de Tinta Azul; a Base de Corantes Organicos e Solventes, Em Reservatorio Opaco Sem Visao Da Tinta; Com Tampa Protetora Removivel Ventillada E; Tampa do Topo Fixa, Embutida, Ambos Na Cor Da Tinta; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores.	1000	Unidade	R\$ 0,8300	R\$ 830,00
Caneta Marca Texto; Corpo Em Polipropileno Opaco; Ponta 3 a 5mm; Na Cor Amarela; Deve Estar de Acordo C/a Norma Vigente Obrigatoria Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236 e Atualizacoes.	500	Unidade	R\$ 0,6300	R\$ 315,00
Capacho; Material Superior Em Fibra de Vinil Entrelacada, Vulcanizado; Material Inferior Emborrachado; Medindo (l x c) (0,90 x 0,60)m; Espessura 10mm; Na Cor Preta; Liso; Com Borda; Na Cor Preta; Formato Retangular; Com Logo;	20	Unidade	R\$ 180,0000	R\$ 3.600,00

Antiderrapante; Com Garantia Minima de 90 Dias a Partir Da Entrega;				
Cola de Papelaria; Liquida; para Uso Escolar, Isopor, Tecido e Papel; Composicao Basica Acetato de Polivinila-pva; Lavavel, Nao Toxica; Secagem Normal; Acondicionada Em Frasco; Branca; Em Embalagem Plastica, Contendo Selo do Inmetro, Combico Economico; Com Validade Minima de Com Validade Minima de 1 Ano a Partir Da Data de Entrega; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr15236 - Frasco de 110 gramas, Bico Aplicador.	100	Unidade	R\$ 4,5800	R\$ 458,00
Cola de Papelaria; Bastao; para Multiuso; 3-iodo-2-propinil Butilcarbamato, Glicerina, Hidroxido de Sodio, 2-aminoisobutano; Agua,sacarose, Copolimero Acrilico, Polimero de N-vinilpirrolidinona, Estearato de Sodio; Acondicionada Em Tubo; Branca; Com Validade Minima de 12 Meses;	100	Unidade	R\$ 1,9100	R\$ 191,00
Fita Adesiva de Papelaria; Polipropileno; Medindo aproximadamente (48mmx50m); Incolor.	500	Rolo 30 Metros	R\$ 2,9500	R\$ 1.475,00
Grampeador; de Mesa; Estrutura Metalica Pintada; Base Em Plastico Reforcado; Medindo 13cm Comprimento; Na Cor Branco; Grampo 24/6 e 26/6; Com Capacidade Minima para Grampear 25 Folhas; Compartimento para Estocar Grampo;	50	CAIXA C/ 01 UNIDADE	R\$ 12,7500	R\$ 637,50
Grampo para Grampeador; Galvanizado; Medindo 26/6.	100	CAIXA 5.000 UNID.	R\$ 3,1500	R\$ 315,00
Grampo para Grampeador; Galvanizado; Medindo 24/6.	100	CAIXA 5.000 UNID.	R\$ 9,2300	R\$ 923,00
Extrator de Grampos; Em Aco Inox; Tipo Espatula.	100	Unidade	R\$ 1,4300	R\$ 143,00
Lapis; Corpo Em Grafite Integral; Na Cor Preto Com Verniz Protetor; No Formato Redondo; Materia Da Carga Grafite; Numero 2b; Medindo No Minimo 170mm; Nome do Fabricante No Corpo do Produto; Com Identificacao do Fornecedor Na Embalagem; Acessorio Adicional: Apontado; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e Suas Atualizacoes Posteriores.	200	Unidade	R\$ 0,3700	R\$ 74,00

Livro Ata de Papelaria; Medindo (220x320) mm Vertical; Capa Pesando 1250g/m2; Revestida Com Papel Kraft, Pesando 80g /m2; Na Cor Preta; Com 100fls (numeradas); Papel Off-set, Pesando 56g /m2.	200	Unidade	R\$ 11,4400	R\$ 2.288,00
Livro Ata de Papelaria; Medindo (220x320) mm Vertical; Capa Pesando 1250g/m2; Revestida Com Papel Kraft, Pesando 80g /m2; Na Cor Preta; Com 50fls(numeradas); Papel Off-set, Pesando 56g/m2.	50	Unidade	R\$ 7,8600	R\$ 393,00
Luva para Procedimento; Em Confeccionada Em Borracha Natural Látex; Com Textura Uniforme,sem Falhas e Ambidestra, Lisa; Lubrificada Com Po; No Tamanho Medio; Com Punho Acabado de Bainha do Mesmo Material Da Luva; Nao Esteril; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade do Produto; o Produto Devera Ser Entregue Acompanhado do Ca,e de Acordo Com Abnt Nbr 5426, Abnt Nbr Iso 13485, Resolucao Anvisa Rdc Nº 28/2011, Validade e Lote.	50	CAIXA 100 UNIDADES	R\$ 18,6500	R\$ 932,50
Papel Sulfite de Papelaria; Gramatura 75g /m2; Formato A4; Medindo (210x297)mm; Alvura Minima de 90%, Conforme Norma Iso; Opacidade Minima de 87%; Umidade Entre 3,5% (+/-1,0), Conforme Norma Tappi; Corte Rotativo, Ph Alcalino Cor Branco; Embalagem Revestida Em Bopp; Produto Com Certificacao Ambiental Fsc Ou Cerflor/pefc, Com Selo e Codigo de Licenca Impressos Na Embalagem	2000	PACOTE 500 FOLHAS	R\$ 20,0300	R\$ 40.060,00
Pincel Atomico; Na Cor Preta; Com Ponta de Feltro Redonda ou Chanfrada; do Tipo Descartavel.	50	Unidade	R\$ 1,3900	R\$ 69,50
Pincel P/ Quadro Branco Ou Vidro; Na Cor Preta; Com Ponta Macia para Nao Danificar o Quadro; do Tipo Recarregavel.	50	Unidade	R\$ 2,2000	R\$ 110,00
Recado Auto Adesivo; Em Papel Off-set, Adesivo Acrilico e Reposicionavel; Medindo (76x76)mm, Apresentado Em Bloco, Sanfonado; Na Cor Azul Claro.	200	Bloco 100 Folhas	R\$ 1,9800	R\$ 396,00
Regua de Uso Escolar/escritorio; Reta; de Acrilico; Medindo 30 Cm; Espessura de 3mm; Com Escala Em Milimetro Em Baixo Relevo e Borda Chanfrada; Na Cor Cristal Transparente; e Suas Condicoes Deverao	100	Unidade	R\$ 1,3600	R\$ 136,00

Estar de Acordo Com As Normas Nbr115236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro e Suas Atualizacoes Posteriores.				
Tesoura Escolar; de Aco Inoxidavel; Medindo 20cm; Cabo Plastico; Azul; para Destro, 3 Dedos; Com Rebite; Lamina Em Aco Inoxidavel; Garantia Contra Defeito de Fabricacao Por Tempo Indeterminado; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores.	100	Unidade	R\$ 5,4900	R\$ 549,00
Tinta para Carimbo; Na Cor Preta; a Base de Agua; para Carimbo Auto Entintador; Comminima Garantia de 12 Meses;	20	Frasco 40 ML	R\$ 3,9500	R\$ 79,00
Pasta Em L; de Polipropileno (pp), Com Espessura Minima de 0,15 Micras; Tamanho A4 medindo aproximadamente (230 x 330)mm; Na Cor Cristal;	100	Unidade	R\$ 0,4000	R\$ 40,00
Coletor de Residuo de Tabaco; Aco Inox Aisi 430 (chapa 0,4mm); Metal Polido; Modelo para Piso; Bocal Circular; Contendo 05 Furos; Haste Cilindrica; Base Com 4 Furos para Fixacao No Piso, Tampa Circular para Cobertura; 21cm; Tampa Na Base, Nao Entra Agua, , Balde de Aluminio Interno para Higienizacao; Com Haste 92cm Altura; Capacidade 2.500 Pontas de Cigarro (10ls); Sistema de Abertura e Fechamento Com Imas Internos;	5	Unidade	R\$ 1.070,0000	R\$ 5.350,00
Pasta Suspensa; de Kraft; Com 170 G/m2; Na Cor Parda; No Tamanho Oficio (240 x 360)mm; Haste de Metal; Ponteiras Poliestireno (ps); Sem Prendedor Interno; Modelo Normal; Visor Em Pvc Cristal e Etiqueta Branca;	100	Unidade	R\$ 2,4000	R\$ 240,00
Laminado Pvc Adesivado; Em Papel Siliconizado; Medindo (45cm); Frontal (0,080mm); Liner (0,080mm); Na Cor Lisa, Azul Escuro;	30	Rolo 10 Metro	R\$ 41,4700	R\$ 1.244,10
Recipiente para Lixo; Em Polipropileno; No Formato Cilindrico; Com Capacidade para 12 Litros; Sem Tampa; cor Preta.	30	Unidade	R\$ 14,7000	R\$ 441,00
Clipe de Papelaria; de Aco; Formato Paralelo; Niquelado; Nr. 8/0.	300	CAIXA 100 UNIDADES	R\$ 4,7600	R\$ 1.428,00
Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno; Medindo (15x30)cm (l x A); Espessura mínima de 150 Micras em	5	QUILOGRAMA	R\$ 21,9200	R\$ 109,60

Cada Parede; Transparente; Sem Lacre; Isento de Furos, Ranhuras, Rebarbas e Particulas Pretas; Sem Rotulagem.				
Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno; Medindo (18x25)cm; Com Espessura mínima de 150 Micras (em Cada Parede); Transparente; Sem Lacre; Isento de Furos, Rebarbas e Particulas Pretas; Com Identificacao Na Embalagem de Acondicionamento	5	QUILOGRAMA	R\$ 23,4800	R\$ 117,40
Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno, Nao Reciclado; Medindo (20 x 30)cm (l x A); Espessura de 200 micras Em Cada Parede; Transparente, Sem Lacre, Isento de Furos, Ranhuras, Rebarbas e Particulas Pretas; Com Selagem Reforcada No Fundo; Deve Ser Rigorosamente Sem Impurezas (isento de Insetos, Fuligem e Pontos de Carbonizacao)	5	QUILOGRAMA	R\$ 19,5000	R\$ 97,50
Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno, Nao Reciclado; Medindo (35x45)cm - (lxa); Espessura de 200 micras Em Cada Parede; Transparente, Sem Lacre, Isento de Furos, Ranhuras, rebarbas e Particulas Pretas; Com Selagem Reforcada No Fundo; Deve Ser Rigorosamente Sem Impurezas (isento de Insetos, Fuligem, Pontos de Carbonizacao, Etc).	5	QUILOGRAMA	R\$ 23,0000	R\$ 115,00
Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno; Medindo (40x60)cm; Com Espessura de 200 micras Em Cada Parede; Transparente; Sem Lacre; Isento de Ranhuras, Rebarbas e Particulas Pretas; Com Identificacao Na Embalagem de Acondicionamento.	5	QUILOGRAMA	R\$ 18,9800	R\$ 94,90
Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno; Medindo (70 x 90) cm; Espessura de 200 micras Em Cada Parede; Transparente, Sem Lacre; Isento de Furos, Rebarbas e Particulas Pretas; Com Identificacao Na Embalagem de Acondicionamento	5	QUILOGRAMA	R\$ 22,7300	R\$ 113,65
Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno; Medindo (80x100)cm; Com Espessura Minima de 200 Micras Em Cada Parede; Transparente; Sem Lacre; Isento de Furos, Rebarbas e Particulas Pretas; Com Identificacao Na Embalagem de Acondicionamento	5	QUILOGRAMA	R\$ 24,0400	R\$ 120,20
Fragmentadora; Modelo para Escritorio; Em Plastico				

Resistente Tipo Abs; Bases Com No Minimo 4 Rodizios para Locomocao; Abertura Insercao de Folhas Medindo No Minimo 220mm; Sem Abertura Independente para Cd/dvd, Cartao de Credito; Com Capacidade para Fragmentar No Minimo 25 Folhas A4(75g/m2), Podendo Ter Clip Pequeno/grampo(26 /6); Corte Nivel de Seguranca Papel-p4, de Acordo C /norma Din-66399/12, Particulas 160mm2 (4x40mm); Corte Cd/dvd Nivel O3, de Acordo Com Norma Din-66399/12, Tiras Conforme a Mesma Abertura Papel; Corte Cartao/disquete Nivel T3,de Acordo C/norma Din-66399/12,tiras Conforme Mesma Abertura Papel; Acionamento Por Tecla de Liga/desliga/reverso; Funcionamento Continuo de No Minimo 60 Minutos Podendo Conter Parada de Ate 30 Minutos; Nivel de Ruído Máximo 58 Db/a Conforme Norma Nrb 10152 /1987; Todas As Navalhas de Corte e Cilindros Em Aço; Todos Os Pentes/raspadores Metálicos; Com Bloqueio de Acesso As Laminas; Engrenagens Mistas; Lixeira Com Capacidade Minima para 28 Litros; Contendo Sensor Automatico de Ausencia Ou de Cesto Cheio e Superaquecimernto; Cabos Com Minimo 75 Cm, e Plug Trifasico, Todos de Acordo Com Nbr-14136/12 Vigente; Voltagem 110 V ou Bivolt; Com Aterramento Conforme Norma Nbr-14.136 /2012-vigente; Acompanha Manual Em Portugues; Com Prazo Minimo de Garantia de 12 Meses a Partir Da Data de Entega do Produto; Assistencia Tecnica do Sistema Balcao.	15	Unidade	R\$ 1.700,0000	R\$ 25.500,00
Tubo Espiral; para Organizador de Cabos e Fios de Computadores, Camaras de Circuito Fechado; Confeccionad Em Pead-polietileno de Alta Densidade -monomero de Alta Constante Dieletrica e Flexivel; Temperatura de Aplicacao: Entre - 40°C a 80°C; Diametro de Amarracao: 1 Polegada; Na Cor Preta; Fornecido Em Caixa;	100	Metro	R\$ 25,5000	R\$ 2.550,00
Recipiente para Lixo; Em Aço Inoxidável e Plástico; No Formato Cilindrico; Com Capacidade para 12 Litros; Medindo (25,5 Diametro x 40 Alt)cm; Com Tampa Movei; Em Aço Inox; Articulada; Com Pedal de Firme Encaixe e Embutido Na Base Frontal; Com Balde Interno de Plástico Dotado de Alca Metálica; Cor Natural Inox, balde Na Cor Preta;	40	Unidade	R\$ 147,7000	R\$ 5.908,00

UNIDADES DE FORNECIMENTO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DE ACORDO COM ITEM 2 DESTE ETP.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Para atender a demanda administrativa da Delegacia Seccional de Polícia de Jacaréi a entrega do material será em parcela única com o objetivo de manter o estoque do almoxarifado suficiente para as necessidades desta Delegacia Seccional e unidades policiais subordinadas.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Até o presente momento não há contratações correlatas e/ou interdependentes uma vez que se trata do primeiro processo de compras de material de consumo para o almoxarifado da Delegacia Seccional de Polícia de Jacareí na plataforma "COMPRAS.GOV.BR".

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Houve realização do Plano Anual de Contratações uma vez que a adesão ao sistema "COMPRAS.GOV.BR".

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com o presente processo de aquisição de materiais de escritório espera-se suprir as necessidades do almoxarifado da Delegacia Seccional de Polícia de Jacareí e manter as atividades administrativas desta Delegacia Seccional e unidades policiais subordinadas, possibilitando, desta forma, o trabalho ininterrupto da polícia judiciária.

13. Providências a serem Adotadas

Não serão necessárias providências para a adequação do ambiente da Delegacia Seccional de Polícia de Jacareí, uma vez que já existe almoxarifado para acondicionamento do material recebido. Também não serão necessárias providências para capacitação de servidores para atuarem no processo de licitação e contratação, pois já existe pregoeiros certificados nesta unidade.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratada assumirá a responsabilidade por todos os itens componentes da licitação, inclusive seus consumíveis, mitigando-se riscos, racionalizando-se e aproveitando os recursos de forma eficiente, e desonerando-se a fiscalização e a gestão contratual. Deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento das recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, de acordo com o Art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com art. 3º da Lei nº 8.666/9. Os produtos confeccionados devem estar em consonância com as disposições da lei nº 12.305/2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, em especial no que se refere ao artigo 7º, XI.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Dentro da necessidade programada.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ROBSON DE OLIVEIRA SANTOS

Equipe de Apoio



Assinou eletronicamente em 31/03/2026 às 13:27:50.

ANEXO II

ATO NORMATIVO SOBRE SANÇÕES APLICÁVEL

Conforme RESOLUÇÃO SSP-05/2026 de 02/03/2026, que regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

AS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS APLICÁVEIS SÃO:

I - advertência;

A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

II - multa;

A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

- a) Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;
- b) Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua

proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

- f) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;
- g) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;
- i) praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;
- j) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos:

- a) de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de: não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- c) de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- d) de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos:

- a) de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- b) de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de: apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- c) de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de: dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- d) de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;

Além das sanções previstas nos itens I, II, III e IV, incidirá em **multa de mora** o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

- a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;
- b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.
- c) Os prazos referidos nos itens “a” e “b” serão contados em dias corridos.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior – Deinter 1
Delegacia Seccional de Polícia de Jacareí “Delegado Tális Prado Pinto”

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE JACAREÍ

Processo Administrativo nº 058.00012538/2026-11

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº [.....], CELEBRADO ENTRE
O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DO(A)
DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE JACAREÍ E
[.....]

O Estado de São Paulo/ Polícia Civil, por intermédio da Delegacia Seccional de Polícia de Jacareí, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.236.548/0017-53, com sede na Rua Dr. Lúcio Malta, nº 548, Centro, Jacareí - SP, CEP 12327-000, neste ato representado pelo Doutor Marcos Batalha, brasileiro, funcionário público estadual, RG 10.586.649 SSP/SP e CPF sob o nº 042.696.718-66, Delegado Seccional de Polícia, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a) [.....], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [.....], sediado(a) na [.....], doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por [.....] (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº [.....], conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº [.....] e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90009/2025, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subseqüentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, DO TIPO ESCRITÓRIO E OUTROS, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						

...						
-----	--	--	--	--	--	--

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O fornecimento do objeto será *com entrega imediata*

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de 20 (vinte) dias, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.1.1. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

2.1.2. *Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:*

2.1.2.1. *O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;*

2.1.2.2. *O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.1.3. *Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.*

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. A forma de fornecimento, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.*

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. *O valor total da contratação é de R\$..... (.....)*

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.*

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irredutíveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a ___/___/___ (DD/MM/AAAA).

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de **1 (um) mês** para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.10. **Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;**

8.1.11. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes. |

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. **Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;**

9.1.2. Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o Contratante;

9.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.1.4. Comunicar ao Contratante, assim que possível e com a devida antecedência em relação à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso ocorrida tal circunstância;

9.1.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do artigo 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.1.14. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.17. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.1.18. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.* [

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iv. **Multa:**

Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)). |

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais as sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#),

ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 0001/180283

II. Fonte de Recursos:

III. Programa de Trabalho:

IV. *Elemento de Despesa:*

V. *Plano Interno:*

VI. *Nota de Empenho:*

13.2. *Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*]

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

15.4. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento [em **01 (uma) via**], que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Jacareí, data da última assinatura eletrônica das partes.

MARCOS BATALHA

CPF 042.696.718-66 Delegado Seccional de Polícia

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2- |

ANEXO IV

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

*_____
(Nome/assinatura do representante legal)*